

ALMANAQUE

FUTURO

10 DE JUNHO DE 2025

ESPECIAL ANIVERSÁRIO
PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

EDIÇÃO EM
PDF ELETRÔNICO LIVRE

PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

87

ANOS





EDITORIAL

O DNA de toda a nossa existência

Uma viagem ao tempo profundo para compreender
as origens geológicas, naturais e humanas
de um dos territórios mais enigmáticos do planeta.



Esta edição não é apenas mais uma etapa em nosso percurso editorial; é um divisor de águas. Ao longo dos anos, o Almanaque Futuro buscou registrar as transformações do nosso tempo. Desta vez, porém, decidimos mergulhar em uma profundidade diferente. Propusemo-nos a um desafio ambicioso: traçar um entendimento abrangente — ainda que necessariamente sintetizado — sobre o Parque Nacional do Iguaçu. Não sob o olhar comum do turismo contemplativo, mas sob a perspectiva da eternidade. O que apresentamos aqui é uma investigação sobre aquilo que nos formou, muito antes de sermos quem somos.

Cientificamente, não há erro em afirmar que esta região foi forjada nos primórdios, em um tempo em que a escala humana sequer era um rascunho. Falamos de um cenário configurado há centenas de milhões de anos, a partir de eventos geológicos de proporções colossais. Ao percorrer estas páginas, transitamos pela grandiosidade do tempo profundo e pelo inevitável contraste entre o eterno — as rochas que sustentam o abismo — e o efêmero — a vida que pulsa e se transforma a cada segundo sobre elas.

Por que o Almanaque Futuro decidiu mergulhar nessas águas agora? A resposta é simples em sua complexidade: mais para aprender do que para ensinar. Em um mundo saturado de informações rasas, sentimos a urgência de buscar discernimento. E, como jamais caminhamos sozinhos, convidamos você, leitor, para este mergulho de natureza científica e histórica, ancorado na realidade regional. Queremos que, ao final desta leitura, o seu olhar sobre as Cataratas não seja mais o mesmo.

O Parque Nacional do Iguaçu é muito mais que um santuário ecológico de beleza cênica inigualável. Ele é uma cicatriz magnífica na crosta terrestre, um registro físico da separação dos continentes e da força bruta de uma natureza que não pede permissão. É o resultado de vastos derrames basálticos que redesenharam o mapa do mundo. Nossa meta vai além do informar: buscamos transformar a percepção. Compreender a geologia é compreender o ritmo do próprio planeta.

Foz do Iguaçu expressa essa transformação de maneira singular. É um exemplo planetário de como a ousadia humana e a força natural podem, apesar das

tensões, coexistir em favor da existência. De um lado, a engenharia monumental de Itaipu; de outro, a exuberância selvagem do Parque Nacional. Juntos, esses dois gigantes sustentam um dos mais relevantes corredores de biodiversidade do continente. Trata-se de uma reserva da biosfera exemplar, um último grande baluarte que prolonga a existência da Mata Atlântica — bioma praticamente erradicado pelos ciclos econômicos em pouco mais de um século.

Há algo de profundamente espiritual na ciência de campo. Quem teve a oportunidade de ver uma floresta resistir e renascer? Quem pode afirmar que convive com a reprodução de espécies que o mundo julgava perdidas? Ver nossos filhos ajudando a escolher os nomes dos filhotes de onças-pintadas não é apenas um gesto lúdico; é um reconhecimento coletivo de vitória. Quando a onça, topo da cadeia alimentar, se reproduz, ela emite uma mensagem inequívoca: o ecossistema está vivo. Tudo está em equilíbrio.

A tarefa de condensar 4,54 bilhões de anos de história planetária em poucas páginas é, admitimos, um desafio hercúleo. Mas é justamente no limite do possível que o Almanaque Futuro se posiciona. Vamos viajar no tempo. Percorrer o leito outrora fumegante que se tornou basalto rígido; ouvir a Terra rangendo enquanto os continentes se afastavam; observar o relevo adquirir a icônica forma em “U” e, lentamente, ser tomado pelo verde profundo.

Veremos a água ganhar densidade e o território ser povoado por uma diversidade inimaginável. E veremos, por fim, a chegada do homem com sua mão ambivalente: a que preserva por consciência, a que devasta por ganância e a que busca refúgio em busca de sentido. Traçar esses paralelos é instigante, necessário e urgente.

Seja bem-vindo a esta jornada.

O DNA da nossa existência está escrito nestas pedras e nestas águas.
Vamos decifrá-lo juntos.





A Herança de Gondwana e o berço continental

Quando continentes eram um só, o solo do Iguaçu começou a ser moldado pelas forças que antecedem a própria vida.



Muito antes de o Rio Iguaçu receber seu nome em guarani, das fronteiras serem desenhadas por tratados diplomáticos ou de o primeiro ser humano contemplar este horizonte, o chão que hoje sustenta Foz do Iguaçu era o coração de um gigante esquecido: o supercontinente Gondwana. Há cerca de 500 milhões de anos, a geografia do planeta desafiaria qualquer mapa moderno. Não existiam o Oceano Atlântico ou o Índico como os conhecemos. América do Sul, África, Índia, Antártida e Austrália estavam soldadas em uma única massa continental, um império geológico que dominava o hemisfério sul. A região que hoje chamamos de Oeste do Paraná não era uma fronteira, mas as entranhas profundas desse bloco colossal.

Nesse tempo remoto, o DNA do Iguaçu começava a ser escrito em uma linguagem de silêncio e pressão. Não havia o verde das matas nem o rugido das águas. O que imperava era a sedimentação lenta em grandes bacias interiores. O ambiente, que hoje nos pareceria desolador, funcionava como um laboratório geológico de fundação. Compreender Gondwana exige um exercício de imaginação radical: esta região, hoje tropical e úmida, já esteve fisicamente conectada ao que viria a ser o deserto da Namíbia e às bacias de Karoo, na África. Éramos um interior continental absoluto, um verdadeiro coração de pedra, distante de qualquer influência moderadora dos oceanos primitivos.

Durante esse período, o clima global passou por oscilações extremas. À medida que o supercontinente derivava sobre latitudes polares, extensas calotas de gelo avançaram sobre porções do que hoje é o território brasileiro. O embasamento geológico sobre o qual Foz do Iguaçu repousa foi testemunha silenciosa dessas glaciações gondvânicas. Detritos transportados por geleiras e sedimentos de mares interiores rasos começaram a se acumular, formando camadas que, milhões de anos depois, serviriam de suporte para os grandes derrames vulcânicos. Era a preparação da base, a fundação necessária para sustentar o que viria das profundezas da Terra.

Compreender Gondwana também é compreender a deriva continental. As rochas que formam a base do solo paranaense possuem equivalentes diretos do outro lado do oceano. A geologia demonstra que a separação dos continentes não foi um processo suave, mas um rasgo profundo que

redesenhou o relevo global. Esta região situava-se em uma zona de aparente estabilidade que, paradoxalmente, acumulava tensões internas imensas. Enquanto a vida avançava lentamente nos mares em formas multicelulares mais complexas, o continente permanecia dominado por rochas expostas, ventos persistentes e longos períodos de aridez.

A relevância de olhar para Gondwana hoje reside na percepção da escala do tempo. Tendemos a imaginar a paisagem como algo fixo, mas a herança desse supercontinente ensina que o chão é nômade. Foz do Iguaçu já ocupou latitudes polares e já integrou o interior de um deserto global. O que hoje é um santuário de biodiversidade começou como um substrato mineral rígido, moldado por ciclos de frio extremo e pressões tectônicas contínuas.

Esta etapa da história planetária nos permite compreender que o Parque Nacional do Iguaçu não nasceu de um evento isolado, mas de um longo processo de maturação da crosta terrestre. Este é o primeiro ato de uma narrativa que levou meio bilhão de anos para se desenrolar. Antes da água, houve o gelo; antes da floresta, houve a poeira sedimentar de um continente que abraçava metade do planeta. Ao caminhar pelas trilhas do Parque, pisamos, literalmente, nos vestígios de um império geológico que precisou se fragmentar para que a vida, em sua diversidade atual, pudesse florescer.



Foto Divulgação / Parque Nacional do Iguaçu



Aqui tem **Itaipu** e **Governo do Brasil** fazendo mais pelo Paraná e sua gente.



Duplicação da
Rodovia das Cataratas



Novas aduanas



Onde tem investimentos, tem a presença da **Itaipu e do Governo do Brasil**. São obras e ações sociais levando desenvolvimento sustentável a todos os municípios do Paraná. Em Foz do Iguaçu, tem mais mobilidade com a **Perimetral Leste**, a duplicação da **Rodovia das Cataratas**, as **aduanas** e a nova **ponte Brasil-Paraguai**.



Nova ponte Brasil-Paraguai



Perimetral Leste



Acesse o nosso site e confira
essas e outras realizações da
Itaipu e do Governo do Brasil.

itaipu.gov.br

ITAIPU
BINACIONAL

MAIS QUE
ENERGIA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO



Ordoviciano – o batismo das sombras e mares primitivos

Antes das florestas e das quedas d'água, esta terra foi mar: fria, profunda e decisiva para a arquitetura do relevo atual.



Se a página anterior nos apresentou a solidez de Gondwana, o Período Ordoviciano, iniciado há cerca de 480 milhões de anos, revela a primeira grande provação desse bloco colossal. É neste capítulo que a região de Foz do Iguaçu deixa de ser apenas um interior continental inerte e passa a integrar uma das dinâmicas mais dramáticas da história do planeta: a invasão dos mares e o rearranjo das placas tectônicas. Compreender o Ordoviciano é entender que o solo sob nossos pés guarda uma memória marinha, registrada em camadas que a vegetação atual insiste em ocultar.

Durante esse período, a Terra atravessava transformações químicas e climáticas profundas. O território que hoje corresponde ao Oeste do Paraná foi deslocado em direção às margens do antigo oceano Pantalassa, precursor do Pacífico. O resultado foi a chamada transgressão marinha: a elevação do nível do mar a ponto de inundar vastas áreas do interior de Gondwana. É preciso imaginar Foz do Iguaçu submersa sob águas rasas, frias e ricas em vida invertebrada primitiva. Não havia o rugido das quedas, mas o ritmo das marés em um mundo cuja atmosfera ainda se ajustava para permitir a vida fora dos oceanos.

Do ponto de vista geológico, o Ordoviciano marca a consolidação das rochas sedimentares que serviriam de base para os derrames basálticos muito posteriores. Areias e lamas depositadas em fundos marinhos e grandes sistemas deltáicos deram origem ao que hoje se reconhece como o Grupo Rio Ivaí. Essas camadas funcionam como páginas de um livro de pedra, registrando o peso do oceano sobre a crosta. Muitas das fraturas que hoje influenciam o desenho das Cataratas começaram a ser ensaiadas nesse período, sob a pressão dos sedimentos e o movimento contínuo das placas tectônicas em busca de equilíbrio.

O Ordoviciano também desafia nossa percepção sobre a resiliência da vida. Enquanto o solo da região era moldado, os mares viviam uma explosão de biodiversidade: trilobitas dominavam os fundos oceânicos e surgiam os primeiros peixes primitivos. O período, porém, encerrou-se com a primeira das cinco grandes extinções em massa da história da Terra. Um resfriamento global severo provocou a regressão dos mares e o colapso de biomas inteiros. A região do Iguaçu atravessou esse evento, emergindo novamente como terra firme, mas carregando em sua estrutura as marcas de um passado submerso.

Destacar o Ordoviciano neste projeto editorial é fundamental para compreender o contraste. Hoje, o Parque Nacional simboliza a exuberância tropical, mas sua base foi forjada no frio, na escuridão e na instabilidade de mares antigos. As rupturas tectônicas que moldam o relevo atual não foram episódios isolados, mas parte de um longo processo de estiramento da crosta terrestre. Ao observar as rochas que sustentam as quedas, o leitor percebe que não está diante apenas de um legado vulcânico, mas do sobrevivente de uma era em que a Terra ainda aprendia a ser mundo.

O Ordoviciano nos ensina que a geografia é fluida. O que hoje é floresta já foi leito oceânico; o que hoje é abismo já foi planície submersa. Essa compreensão é essencial para o discernimento sobre a fragilidade e a força do ecossistema regional. Estamos em uma terra batizada por águas salgadas muito antes de ser consagrada pelas águas doces do Rio Iguaçu — uma herança de sobrevivência geológica que prepara o palco para as convulsões de fogo que viriam a seguir.



Imagem criada com recursos de Inteligência Artificial



Batismo de fogo sobre o oceano de areia

Quando o fogo rasgou o deserto e selou, em basalto, o destino geológico do Iguaçu e de todo o Cone Sul.



A história geológica do Parque Nacional do Iguaçu atinge seu ponto culminante quando avançamos para o Mesozoico, entre aproximadamente 200 e 130 milhões de anos atrás. Nesse intervalo decisivo, a antiga massa continental de Gondwana já estava integrada à vasta Pangeia, mas forças profundas do interior do planeta passaram a impor uma separação irreversível. É neste capítulo que o território onde hoje está Foz do Iguaçu deixa de ser apenas um observador passivo do tempo profundo e assume o papel de protagonista em um dos maiores episódios de transformação da crosta terrestre. Para o leitor do Almanaque Futuro, este é o momento em que o planeta entra em convulsão criativa.

Antes das águas e antes da lava, a região era dominada pelo Deserto Botucatu. Tratava-se de um oceano de areia fina e avermelhada que se estendia por mais de um milhão de quilômetros quadrados, cobrindo áreas que hoje pertencem ao Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai. Era o maior deserto conhecido da história geológica da Terra, com dunas que alcançavam dezenas de metros de altura, moldadas por ventos constantes sob um clima de aridez extrema. Onde hoje a floresta pulsa e grandes predadores circulam, reinava um silêncio abrasador. Mas esse deserto não estava destinado à permanência: ele funcionou como o grande palco onde a Terra preparava uma de suas mais violentas lições geológicas.

A fragmentação da Pangeia não ocorreu de forma gradual ou silenciosa. À medida que a América do Sul e a África começaram a se afastar, a crosta terrestre sob o Deserto Botucatu passou a sofrer tensões progressivas, até atingir um ponto crítico. Fendas gigantescas se abriram por milhares de quilômetros, permitindo que o magma ascendente do manto extravasasse de forma contínua. Não se tratava de vulcões cônicos isolados, mas de derrames fissurais monumentais: verdadeiros rios de lava que cobriram o deserto em sucessivas camadas. O basalto, rocha escura, densa e resistente que hoje sustenta as Cataratas do Iguaçu, é o registro solidificado desse evento de escala continental.

O que torna essa formação particularmente singular é o encontro entre o fogo e a areia. Em vastas áreas da região, a lava não apenas recobriu as dunas do Botucatu, mas “cozeu” seus grãos, consolidando-os em arenitos altamente porosos. Esses arenitos, aprisionados sob espessas camadas de basalto, passaram a armazenar água ao longo de milhões de anos, dando origem ao Aquífero

Guarani — uma das maiores reservas subterrâneas de água doce do planeta. Há, nesse processo, uma ironia geológica eloquente: a água que hoje sustenta populações inteiras está guardada dentro das dunas fossilizadas de um deserto soterrado por lava incandescente.

Foi nesse cenário de ruptura e reconstrução que a arquitetura do Rio Iguaçu começou a ser definida. As fraturas tectônicas geradas pelos derrames basálticos criaram extensas zonas de fraqueza na crosta. A icônica curvatura em forma de “U” que caracteriza o abismo das Cataratas reflete diretamente essas cicatrizes estruturais, associadas ao resfriamento da lava e às falhas que acompanharam a abertura do Oceano Atlântico. O rio não escolheu esse caminho ao acaso: ele seguiu, ao longo de milhões de anos, as linhas de menor resistência deixadas por um continente que estava sendo literalmente rasgado ao meio.

Compreender esta página é entender o Iguaçu como um monumento permanente à transformação. O basalto das Cataratas testemunha um tempo em que a Terra expelia fogo para reinventar sua própria superfície. A serenidade da paisagem atual contrasta com a violência que a originou. O solo de Foz do Iguaçu é uma sobreposição de extremos: o deserto soterrado, a lava solidificada, a água aprisionada e a tectônica que determinou o curso de um rio. Caminhar pelo Parque Nacional é, portanto, pisar sobre uma fundação de basalto que já foi o combustível incandescente de um planeta em pleno processo de reinvenção.



Imagem criada com recursos de Inteligência Artificial



A gênese do abismo e o rugido dos últimos milênios

Quando a água passou a comandar a paisagem e ganhou forma, o cenário se preparou para a chegada do homem.



Após o batismo de fogo que selou o destino geológico da região e a lenta estabilização dos continentes, o território onde hoje se encontra Foz do Iguaçu ingressou em uma fase de relativa calma tectônica, mas de intensa escultura hídrica. É neste momento que a água assume o papel de protagonista. Para o leitor do Almanaque Futuro, esta página revela um dado fundamental para o discernimento: as Cataratas do Iguaçu, em sua configuração atual, são jovens. Enquanto as rochas basálticas que sustentam o abismo possuem cerca de 130 milhões de anos, o espetáculo das quedas como o conhecemos consolidou-se há aproximadamente 5 milhões de anos, durante o Plioceno. O que se observa hoje não é uma paisagem estática, mas um instante em um processo contínuo de transformação.

O surgimento das Cataratas está diretamente ligado à relação de forças entre dois gigantes fluviais: o Rio Paraná e o Rio Iguaçu. Em um passado geológico recente, o Rio Paraná corria em um nível topográfico mais elevado. Movimentos tectônicos associados a ajustes regionais da crosta, somados a variações climáticas globais, provocaram o rebaixamento progressivo de seu leito, escavando um cânion profundo. O Rio Iguaçu, então um afluente que fluía de forma contínua, encontrou-se subitamente diante de um degrau abrupto no ponto de confluência. A água, obedecendo à lógica inexorável da gravidade, passou a despençar desse desnível. Foi nesse encontro violento de águas, quilômetros abaixo da atual posição das passarelas, que nasceu a primeira queda.

O mecanismo que mantém as Cataratas vivas e em constante movimento é conhecido como erosão retrocedente. A energia da água que despenca com força na base das quedas gera redemoinhos, impactos e pressões capazes de desgastar as camadas inferiores de arenito — mais frágeis — que sustentam o basalto — mais resistente — do topo. À medida que esse suporte é removido, grandes blocos de basalto colapsam. Esse ciclo provoca o recuo gradual das quedas no sentido contrário ao fluxo do rio. Ao longo de milhares de anos, as Cataratas avançaram cerca de 28 quilômetros rio acima, desde sua posição original no Rio Paraná até o local onde hoje se encontram. O desfiladeiro percorrido pelo visitante, do mirante inicial até a Garganta do Diabo, é, na realidade, a cicatriz deixada por esse lento deslocamento das águas.

Foi esse processo que esculpiu a icônica Garganta do Diabo, um abismo em forma de “U” que concentra o maior volume hídrico de todo o sistema. A geometria em ferradura não é fruto do acaso nem de um capricho estético da natureza. Ela reflete a disposição das fraturas no basalto — heranças diretas das tensões tectônicas associadas à fragmentação da Pangeia. Onde a rocha apresentava maior fragilidade, a água cavou com mais intensidade; onde era mais resistente, surgiram ilhas, degraus e saltos menores. Assim se formou o conjunto dinâmico que hoje divide as Cataratas em mais de 270 quedas individuais, variáveis conforme a vazão do rio.

A consolidação desse fenômeno ocorreu em um planeta que já se aproximava de sua configuração biológica moderna. Quando as Cataratas passaram a rugir em sua posição atual, a fauna regional já assumia contornos semelhantes aos que conhecemos hoje. Ainda assim, há um dado essencial para a compreensão do tempo profundo: na escala da Terra, as Cataratas são efêmeras. Elas representam um momento de transição. Se a erosão continuar seu curso natural, em alguns milhões de anos as quedas poderão se transformar em corredeiras, até que o relevo volte a se nivelar.

Chegamos, assim, ao limiar da história humana. Há cerca de 2,5 milhões de anos, enquanto o Rio Iguaçu continuava a esculpir seu cânion com precisão implacável, os primeiros hominídeos davam passos decisivos no continente africano. O cenário estava pronto. A umidade gerada pelas quedas criou um microclima singular, capaz de sustentar uma das florestas mais ricas do planeta. A natureza havia concluído sua fundação de fogo, gelo, mar e abismo. O palco estava montado — silenciosamente aguardando o surgimento de seu espectador mais complexo: o homem.



Imagem criada com recursos de Inteligência Artificial



HOJE, O CANTO DAS AVES É DE PARABÉNS.



foz
AGENCIAFOZ.COM.BR

Há 87 anos, o Parque Nacional do Iguaçu inspira respeito pela natureza. Uma história de belezas naturais e encantos onde compartilhamos a mesma missão: cuidar da Mata Atlântica e de tudo o que nela vive. O Parque das Aves celebra essa história feita de biodiversidade e conexão profunda com a vida. Que sigamos juntos, guardiões da floresta, garantindo que esse patrimônio continue vivo para as próximas gerações.

Uma homenagem aos 87 anos do Parque Nacional do Iguaçu.

**PARQUE
DAS AVES**



O eco das digitais ancestrais e a ocupação humana do Iguaçu

Antes das cidades e das fronteiras, o Iguaçu já era território vivido, manejado e sacralizado por povos ancestrais.



Se muito antes de o primeiro mapa europeu tentar aprisionar este território em linhas e fronteiras, o solo que hoje pisamos em Foz do Iguaçu já era um palimpsesto de histórias humanas. Para o leitor do Almanaque Futuro, o exercício aqui é de desaprendizagem: é preciso despir a paisagem de hotéis, viadutos e monumentos de concreto para enxergar o que a ciência define como o tempo profundo da consciência. Se a geologia levou bilhões de anos para preparar o palco, a humanidade entrou em cena há apenas um suspiro cronológico — tempo suficiente, contudo, para transformar este paraíso em lar sagrado muito antes de a palavra “cidade” existir.

Enquanto as quedas d'água ainda ajustavam seu recuo retrocedente sobre o basalto, a espécie *Homo sapiens* realizava suas grandes migrações globais. No contexto do Sul da América, não falamos de meros passantes, mas de engenheiros da sobrevivência. Pesquisas arqueológicas contemporâneas indicam que a região de Foz do Iguaçu integrava um corredor migratório vital. Há pelo menos 8 mil anos, grupos associados às tradições Umbu e Humaitá utilizavam o vale do Rio Paraná como uma verdadeira via natural de circulação de recursos. Mestres da pedra lascada, produziam ferramentas em sílex e quartzo cuja sofisticação técnica permitia a caça eficiente e a coleta precisa em uma Mata Atlântica ainda em processo de formação.

Esses povos não estavam simplesmente adaptados à natureza; eles eram parte ativa de sua construção. Estudos recentes sugerem que aquilo que durante muito tempo foi chamado de “mata virgem” resulta, na verdade, de milênios de manejo indígena. Árvores frutíferas eram selecionadas, espécies como o pinheiro eram favorecidas, e a floresta assumia características de um jardim produtivo. Com a chegada dos povos de tradição cerâmica, especialmente os Tupi-Guarani, a relação com o território do Iguaçu adquiriu uma dimensão espiritual e política profunda. Para os Guarani, a confluência dos rios Paraná e Iguaçu não representava um limite, mas um ponto de convergência de energias — um marco simbólico na busca pela Yvy Marã'ë, a Terra Sem Males.

A vida nesses aldeamentos pré-coloniais organizava-se segundo uma lógica de abundância e reciprocidade. As Cataratas, ao criarem um microclima de umidade constante, sustentavam uma biodiversidade capaz de garantir caça e

pesca ao longo de todo o ano. Os assentamentos eram erguidos em paleo-terraços — áreas naturalmente elevadas e protegidas das cheias, ainda perceptíveis nos relevos mais altos da cidade atual. Nesse contexto floresceu a cerâmica policromada, com padrões em vermelho, branco e preto, utilizada tanto no cotidiano quanto em rituais funerários que conectavam os vivos aos ancestrais já incorporados à terra.

Essa harmonia milenar, no entanto, sofreu um colapso a partir do século XVI. O encontro com os europeus não representou apenas um choque cultural, mas um desastre demográfico e biológico. Doenças desconhecidas, expedições de apresamento escravista e a violência sistemática das frentes coloniais — espanholas e luso-brasileiras — tentaram apagar as pegadas dos primeiros habitantes. As Missões Jesuíticas, que se estabeleceriam posteriormente na região, constituíram uma tentativa complexa e muitas vezes trágica de reorganizar o território sob uma nova ordem teológica e econômica, silenciando saberes transmitidos oralmente por gerações.

Ainda assim, o DNA cultural desta região revelou-se resiliente. O discernimento que este Almanaque propõe é reconhecer que a história indígena não terminou: ela se transformou em resistência. Hoje, ao caminhar pelas trilhas do Parque Nacional ou pelas ruas de Foz do Iguaçu, sobrepomos nossos passos aos de povos que conheciam cada planta medicinal da mata e cada variação do rugido das quedas. A presença Guarani contemporânea na Tríplice Fronteira é a prova viva de que, embora o basalto seja duro, a cultura é fluida como a água — encontra sempre uma fenda por onde continuar a correr.

Reconhecer Foz do Iguaçu como território ancestral é um gesto de maturidade histórica e cidadã. Antes de sermos destino de milhões de turistas, fomos destino de povos que buscavam a Terra Sem Males. O solo guarda lascas de pedra, fragmentos de cerâmica e cinzas de fogueiras que arderam há milênios. Escutar o que essas vozes silenciadas ainda têm a dizer é condição essencial para que o futuro que projetamos tenha a mesma profundidade e respeito que os primeiros habitantes devotaram a este território.





O encontro de mundos e a odisseia de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca

Quando o Iguaçu entrou nos mapas europeus, não como conquista, mas como desafio humano, geográfico e moral.



O século XVI representou um salto temporal abrupto para o território do Iguaçu. Quando os europeus lançaram suas caravelas ao Atlântico, movidos pela busca de metais preciosos e rotas comerciais, acabaram por se deparar com algo para o qual a mentalidade da época ainda não possuía vocabulário adequado: uma força da natureza que desafiava qualquer noção de domínio. Iniciava-se ali um choque profundo entre mundos, culturas e percepções. Nesse contexto de invasão, espanto e violência sistêmica, destaca-se a figura singular de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, responsável por inserir a região do Iguaçu nos registros da história escrita, em 1542.

Diferente de contemporâneos como Pizarro ou Cortês, cujos rastros foram de banhos de sangue e destruição, Cabeza de Vaca chegou ao sul do continente moldado por uma experiência traumática: anos antes, ele havia sido naufrago e escravizado por nativos na América do Norte. Como aponta o historiador Henry Muller, ele era, em espírito, o 'primeiro homem moderno'. Sua autoridade não vinha apenas da espada, mas de uma espiritualidade forjada na dor, o que o dotou de um senso humanitário raro. Nomeado Adelantado da Coroa de Castela, empreendeu a travessia do litoral catarinense com destino a Nuestra Señora de Asunción, adotando uma postura incomum para o período: priorizou a diplomacia com os povos originários, buscando a pacificação em vez do extermínio.

A expedição que liderou reuniu dezenas de espanhóis e milhares de indígenas aliados, que se somaram ao percurso ao longo do caminho. A marcha venceu a Serra do Mar e avançou pela floresta subtropical, seguindo antigas trilhas indígenas que estruturavam o interior do continente muito antes da chegada europeia. Cabe aqui uma retificação histórica que o Almanaque Futuro assume com rigor: ao contrário da tradição difundida, não há registro documental de que Cabeza de Vaca tenha batizado as Cataratas como "Saltos de Santa Maria". Em seus relatos, o fenômeno aparece descrito não como ato de devoção, mas como um obstáculo geográfico monumental. Para uma expedição extenuada, carregando equipamentos e mantimentos, as Cataratas representaram menos um espetáculo e mais um desafio logístico extremo. Transpor as escarpas basálticas e a mata densa exigiu soluções de sobrevivência antes que o grupo finalmente alcançasse o Rio Paraná.

Os relatos produzidos por Cabeza de Vaca tornaram-se referências fundamentais da expansão colonial no interior da América do Sul. Neles, descreve uma fauna e uma flora de exuberância quase excessiva, em contraste com a precariedade dos recursos europeus. Ainda assim, a exata rota de sua travessia permanece objeto de debate entre historiadores e arqueólogos. Há controvérsias consistentes sobre se ele avistou efetivamente as Cataratas do Iguaçu ou se, guiado por ramais do antigo caminho do Peabiru, teria passado mais ao norte, nas proximidades das então existentes Sete Quedas de Guaíra, hoje submersas. Relatos paralelos, como os do cronista Ulrico Schmidel, por vezes entram em conflito com a narrativa oficial, evidenciando as lacunas de uma cartografia ainda em construção.

A importância simbólica de 1542 não reside na fundação de cidades ou na edificação de marcos físicos. Cabeza de Vaca não deixou monumentos. Sua passagem representa, antes, o momento em que o território do Iguaçu foi incorporado à lógica mental de um império em expansão. Inserida na então precária Província de Vera, a região passou a ser percebida como um corredor estratégico entre o Atlântico e os centros coloniais de Assunção. A chamada "descoberta" europeia foi, na prática, a imposição de novos mapas sobre um espaço ancestral plenamente vivido e compreendido por seus habitantes originários.

Recontar esse episódio com honestidade histórica exige reconhecer que, mesmo sob o olhar do colonizador, o Iguaçu já pulsava com uma vida complexa, soberana e organizada. Cabeza de Vaca foi o cronista de um mundo que ele próprio mal conseguia compreender: um homem de relativa conciliação em um século marcado pela guerra. Seus passos pelo território do Iguaçu inauguraram uma convivência conflituosa que moldaria o DNA da fronteira por séculos. Conhecer essa travessia é compreender que o Iguaçu, antes de ser destino, sempre foi caminho — passagem inevitável para quem ousa avançar rumo ao desconhecido.





O crepúsculo das reduções e o sonho teocrático no Iguaçu

Entre a utopia missioneira e a violência colonial, o Iguaçu tornou-se um território de silêncio imposto e memória fragmentada.



A narrativa histórica tradicional costuma saltar do século XVI diretamente para a ocupação militar do final do século XIX, criando um vazio artificial que o Almanaque Futuro se propõe a preencher com rigor e discernimento. Entre o rugido constante das águas e a densidade da floresta subtropical, o século XVII assistiu ao florescimento de um dos experimentos sociais, políticos e espirituais mais ousados da história da humanidade: as Missões Jesuíticas. Embora o atual território de Foz do Iguaçu não tenha abrigado uma grande redução de pedra e cal, ele integrou a artéria vital da antiga Província Jesuítica do Guayrá — uma fronteira espiritual onde a Companhia de Jesus, sob tutela da Coroa Espanhola, tentou erguer uma utopia cristã-indígena em meio a uma geografia que o europeu considerava intransponível.

Os jesuítas compreenderam rapidamente que a região oferecia uma proteção natural rara. As escarpas basálticas, a densidade da mata e as grandes quedas d'água — as Sete Quedas ao norte e as Cataratas do Iguaçu ao sul — funcionavam como barreiras naturais contra a expansão do tráfico escravista que avançava a partir de São Paulo. Sob o modelo das reduções, milhares de Guarani foram organizados em aldeamentos planejados, onde a catequese coexistia com uma notável sofisticação produtiva. A música sacra, a liturgia barroca e o ensino religioso dividiam espaço com técnicas avançadas de agricultura, metalurgia, carpintaria e arquitetura. Os rios Paraná e Iguaçu estruturavam uma malha de comunicação e abastecimento de um sistema que operava, na prática, como um Estado teocrático autônomo, frequentemente em tensão com as autoridades coloniais.

Essa experiência, no entanto, colidia frontalmente com os interesses econômicos da escravidão luso-brasileira. O declínio das reduções culminou em um dos episódios mais dramáticos e menos ensinados da história sul-americana: o Êxodo do Guayrá. Diante do cerco às reduções de Loreto e San Ignacio Miní, o padre Antônio Ruiz de Montoya liderou a retirada de mais de 12 mil indígenas em uma travessia desesperada pelos rios da bacia do Paraná. Foz do Iguaçu, porém, não foi apenas cenário mudo dessa passagem: tornou-se, por um período providencial, ponto crítico de apoio, reorganização e resistência.

Pesquisas arqueológicas e investigações históricas contemporâneas buscam confirmar o que relatos indiretos e indícios materiais sugerem: a instalação de uma missão provisória nas imediações das atuais localidades de Vila Carimã e Porto Meira. Próximo ao estratégico encontro das águas dos rios Iguaçu e Paraná, os jesuítas teriam estabelecido um acampamento logístico de vulto. Essa escolha não foi fortuita. Em meio ao

caos da fuga, a permanência temporária teria permitido o reconhecimento técnico e espiritual do território, incluindo a avaliação das escarpas basálticas e das condições de transposição das Cataratas.

Essa hipótese transforma de maneira significativa a leitura histórica do período. Foz do Iguaçu não teria sido apenas um atalho terrestre para contornar as quedas, mas um espaço de ocupação deliberada, ainda que transitória, onde a resistência missioneira fincou raízes antes de seguir o curso do Rio Paraná em direção ao sul. A busca por vestígios na Vila Carimã representa, assim, a procura por um elo perdido — a evidência de que, muito antes da Colônia Militar, o pensamento estratégico jesuítico já identificava a confluência dos rios como um centro nevralgico do continente.

Com a destruição sistemática das reduções pelos bandeirantes paulistas, o território do Iguaçu mergulhou em um profundo hiato documental. Registros foram queimados, aldeias de madeira foram engolidas pela umidade da Mata Atlântica e o que restou foram vestígios quase invisíveis — fragmentos cerâmicos, alterações botânicas e marcas sutis de ocupação que ainda hoje desafiam a arqueologia regional. O silêncio que se seguiu não representou ausência de vida, mas uma retirada estratégica diante da violência colonial.

Esse “vazio” histórico transformou o Iguaçu em uma zona de sombra geopolítica. Igreja e Coroa perderam o controle efetivo do território, que passou a existir à margem dos mapas oficiais. Para o leitor atento, é fundamental compreender que a escassez de documentos não apaga a ocupação humana; apenas a torna invisível aos olhos do poder central. Registrar plenamente esse território significaria admitir a incapacidade das coroas ibéricas de proteger seus domínios e populações. O que se seguiu foi o domínio absoluto da floresta, que se fechou como uma cicatriz verde sobre o experimento missioneiro, preservando em silêncio os sinais de um passado interrompido.

O crepúsculo das reduções marcou o fim de uma utopia teocrática, mas não o fim da história humana no Iguaçu. Inaugurou-se um período de latência, um “tempo escuro” em que a região deixou de ser projeto e voltou a ser refúgio. Compreender esse intervalo é essencial para entender por que o território permaneceu, por séculos, fora do radar político — e por que sua reocupação posterior se daria sob outros valores, outras disputas e outra lógica de poder.





**É MARAVILHOSO ESTAR COM VOCÊ
TODOS OS DIAS,
NOS ÚLTIMOS 40 ANOS!**

**PARABÉNS
PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU
87 ANOS
ENCANTANDO O MUNDO!**





O tempo escuro e o santuário dos invisíveis

Durante dois séculos, o Iguaçu foi refúgio, resistência e silêncio.
Um território preservado pela invisibilidade.



Se o século XVII foi marcado pela organização teocrática das missões, os duzentos anos que se seguiram foram definidos pelo silêncio, pelo mistério e por uma forma de resistência quase espiritual. É neste intervalo que o Almanaque Futuro introduz um conceito essencial para o discernimento desta história: Ara'puka, o “reduto sagrado atraente”. Enquanto os mapas oficiais deixavam em branco o espaço onde hoje se ergue Foz do Iguaçu, a realidade vivida sob o dossel da floresta era a de uma soberania silenciosa. Ara'puka expressa a maneira como a geografia considerada intransponível transformou quedas d'água, escarpas e mata fechada em uma barreira natural para aqueles que não podiam — ou não queriam — ser encontrados.

Nesse chamado “Tempo Escuro”, o território consolidou-se como um verdadeiro santuário dos invisíveis. À margem dos registros da Igreja e dos censos da Coroa, as matas serviram de abrigo para grupos indígenas que resistiam à redução e, possivelmente, para escravizados fugidos que encontravam na densidade do ecossistema um aliado contra a perseguição. Mais tarde, durante e após a Guerra da Tríplice Aliança, a região tornou-se refúgio de desertores e sobreviventes de um conflito que dilacerou fronteiras nacionais. O Iguaçu era um não-lugar institucional: uma terra fora da lei oficial, habitada por uma população flutuante de foragidos, tropeiros e aventureiros que viviam à margem do poder formal, mas em profunda simbiose com a floresta.

A preservação desse território contou com a presença ativa de povos como os Guarani e os Caingangue, que atuavam como guardiões naturais desse espaço. Para eles, a abundância de caça, pesca e solos férteis protegidos por Ara'puka não constituía recurso econômico, mas parte de um equilíbrio espiritual que mantinha o território íntegro. O que a historiografia tradicional descreveu como “vazio” foi, na realidade, um tempo de proteção consciente. O isolamento geográfico, reforçado pelo mito da floresta intransponível e pela presença da fauna selvagem, garantiu que o Iguaçu permanecesse fora das rotas coloniais voltadas exclusivamente à exploração imediata e ao lucro rápido.

O rompimento desse silêncio secular iniciou-se apenas na segunda metade do século XIX, impulsionado pelo chamado “ouro verde”: a erva-mate. O extrativismo vegetal forçou o Império Brasileiro a rasgar, pouco a pouco, os véus de

Ara'puka. A entrada das grandes empresas obrageras e a expansão gradual vinda de Santa Catarina e do Paraguai começaram a iluminar caminhos que as populações invisíveis percorriam havia gerações. Esse longo hiato documental revela que a história de Foz do Iguaçu foi, por muito tempo, escrita pela ausência deliberada de registros. Resgatar esse período é compreender que a fundação da cidade moderna não ocorreu sobre um deserto humano, mas sobre um território que funcionou como último bastião de liberdade para perseguidos de diferentes épocas.

As sombras de Ara'puka, contudo, não poderiam ocultar o abismo indefinidamente. No limiar entre os séculos XIX e XX, o silêncio da região começou a ser rompido pelo som metálico das ferramentas de demarcação e pelo interesse estratégico de Estados nacionais empenhados em consolidar suas fronteiras. O que fora um refúgio inexpugnável preparava-se para ser revelado ao mundo como uma espécie de Shangri-Lá redescoberta no coração da América do Sul. As primeiras expedições científicas e as raras imagens fotográficas que passaram a circular nos grandes centros urbanos não mostravam apenas um acidente geográfico: apresentavam a prova documental de que o paraíso existia, feito de basalto, água e luz.

O Tempo Escuro chegava ao fim. O mistério começava a ceder lugar às lentes, aos relatórios e à ousadia de pioneiros dispostos a transformar o santuário selvagem em marco da civilização moderna. O convite estava feito. Era hora de medir, registrar e tentar compreender o que, por séculos, havia sobrevivido justamente por permanecer invisível.



Imagem gerada com recursos de Inteligência Artificial



O sábio do Paraná e quando a ciência chegou antes que os soldados

Antes da fronteira oficial, o Iguaçu foi decifrado pela ciência, não pela força das armas.



Na história das nações, costuma-se atribuir o nascimento de um território às espadas dos generais ou às canetas dos políticos. Em Foz do Iguaçu, porém, a cronologia revela um percurso singular: a ciência chegou antes dos soldados e dos governos. Cinco anos antes da instalação da Colônia Militar do Exército Brasileiro, em 1889, e décadas antes de qualquer gabinete no Rio de Janeiro compreender plenamente a importância estratégica desta fronteira, um naturalista solitário já havia “conquistado” a região pelo intelecto. Moisés Santiago Bertoni, que chegou à América do Sul em 1884, foi o primeiro a entender que a posse real de uma terra não se faz com marcos de pedra, mas com o conhecimento profundo de seu solo, de seu clima e de sua gente.

Enquanto Brasil e Argentina ainda discutiam em mapas imprecisos onde terminava um império e começava uma república, Bertoni transformava as margens do Rio Paraná em um laboratório a céu aberto. Para ele, as Cataratas do Iguaçu não eram apenas um obstáculo geográfico ou uma curiosidade paisagística, mas um monumento da evolução planetária e um centro dinâmico de energia natural. Catalogou centenas de espécies vegetais, estudou ciclos meteorológicos, solos e regimes hídricos com uma precisão que antecipava, em quase um século, conceitos hoje associados à sustentabilidade e à integração entre natureza e desenvolvimento humano.

Quando os primeiros destacamentos militares brasileiros chegaram à região para formalizar a presença do Estado, encontraram um território que já havia sido interpretado, descrito e compreendido por Bertoni. A ciência já havia nomeado aquilo que a política ainda tentava delimitar. Sua atuação demonstrava que o verdadeiro domínio de um espaço não nasce da imposição, mas da compreensão. Em um território marcado pelo silêncio institucional e pela invisibilidade cartográfica, Bertoni ofereceu leitura, método e sentido.

A relação do cientista com Foz do Iguaçu foi tão profunda que permaneceu viva na memória oral da cidade. Depoimentos de moradores antigos — pioneiros que registraram suas lembranças em entrevistas jornalísticas e em projetos formais de preservação da memória local — sustentam que, até o início da década de 1980, era conhecido e respeitado o local onde Bertoni teria sido sepultado em um dos antigos cemitérios da região. Esses testemunhos, colhidos ao

longo de décadas, não constituem prova documental definitiva, mas compõem um acervo de memória consistente, revelador da importância simbólica do cientista para a formação intelectual e afetiva do território.

Embora o Museu Bertoni, no Paraguai, seja hoje o principal guardião de seu legado científico e documental, o debate sobre o destino final de seus restos mortais reforça um aspecto central desta narrativa: a história de Foz do Iguaçu foi construída, em grande parte, fora dos registros oficiais. Bertoni faleceu em 1930, e as condições logísticas da época, somadas à sua identificação profunda com a floresta atlântica e com o espaço que estudou por décadas, tornam plausível que sua despedida definitiva tenha ocorrido em solo iguaçuense. Mais do que localizar um túmulo, reconhecer essa possibilidade é compreender o valor simbólico de sua presença.

A trajetória de Bertoni demonstra que, no coração da selva, a autoridade do saber precede a autoridade do poder. Antes da fronteira oficial, antes das guaritas, tratados e quartéis, o Iguaçu já havia sido compreendido como sistema vivo, território complexo e patrimônio natural. A ciência chegou primeiro — e deixou marcas mais duradouras do que qualquer estaca fincada no chão.





A vila no confim do mundo e o nascer de um povoado

Foz surgiu cercada pela mata soberana, como vizinhança — não como seu dono.



Se a ciência de Moisés Santiago Bertoni foi a primeira a sentir o pulsar profundo da região, coube à presença militar a tarefa física de marcar o território. Em julho de 1889, o Oeste paranaense não era uma cidade, tampouco um projeto urbano definido, mas um imenso silêncio verde, interrompido apenas pelo rugido constante das Cataratas e pela vida invisível da mata. A expedição comandada pelo tenente José Joaquim Firmino, enviada a partir de Curitiba sob a égide do Império de Dom Pedro II, não se assemelhava a um exército de conquista. Era um pequeno grupo de homens enfrentando uma jornada de meses por rios, picadas e doenças tropicais. Ao alcançarem as margens do Rio Paraná, descobriram-se, ironicamente, cidadãos de um novo regime: a República havia sido proclamada enquanto ainda lutavam contra febres, isolamento e mata fechada.

A Colônia Militar do Iguaçu não nasceu como fortaleza inexpugnável, mas como um embrião de vila encravado na floresta. O primeiro censo revela tanto a fragilidade quanto a singularidade daquele início: pouco mais de uma centena de habitantes, entre brasileiros, paraguaios e argentinos, dividiam o mesmo espaço em casas de madeira e coberturas de sapé. Esse mosaico humano deixava claro que a fronteira, antes de ser política, era uma convivência forçada pela sobrevivência. O cotidiano era regido pelas roças de subsistência, pela abertura de trilhas e pela adaptação a um ambiente que ainda ditava todas as regras. Notícias do mundo exterior demoravam semanas para chegar, subindo lentamente as corredeiras dos rios.

Nesse cenário rústico e provisório, surge a figura de Cândido Rondon, então jovem oficial da Comissão Estratégica de Linhas Telegráficas. Rondon não trazia apenas fios, postes e mapas: trazia uma visão. Sua missão envolvia demarcar fronteiras e integrar o território ao restante do país, mas também estabelecer contato pacífico com os povos originários. Sua passagem pela região imprimiu um viés humanitário e científico à ocupação, ajudando a transformar o que era visto como “vazio” em território conhecido e respeitado. Ao inserir Foz do Iguaçu na malha de comunicações do Brasil, Rondon inaugurava uma forma menos violenta de presença estatal, em contraste com a rigidez dos marcos militares tradicionais.

A vida no povoado, porém, acontecia para além dos decretos e das medições oficiais. Enquanto oficiais desenhavam limites, civis percebiam as

possibilidades oferecidas pela floresta e pelos rios. A convivência entre soldados-colonos, estrangeiros platinos e antigos moradores da região produziu uma cultura de fronteira peculiar, baseada na troca, no comércio rudimentar e na ajuda mútua. O chamado “posto militar” funcionava, na prática, como ponto de encontro de gente que via naquela encruzilhada fluvial uma chance de recomeço.

A poucos quilômetros dali, contudo, outro mundo permanecia soberano. O território das Cataratas — ainda sem nome oficial, sem cercas e sem qualquer estatuto de proteção — continuava intocado. A fauna reinava absoluta: onças, antas, aves em bandos e uma vegetação exuberante ocupavam um espaço onde o tempo humano ainda não havia se imposto. Esse ecossistema preservado coexistia como vizinho silencioso do nascente povoado, um relicário de biodiversidade que ignorava mudanças de regime, linhas telegráficas e disputas diplomáticas. Era o domínio pleno da água e do basalto, uma catedral verde alheia à lógica da ocupação.

Foz do Iguaçu surgia, assim, como um paradoxo geográfico e histórico: uma vila mínima instalada à margem de uma das maiores forças naturais do planeta. Em 1889, com apenas algumas dezenas de famílias, o povoado começava a atrair aventureiros, comerciantes e empreendedores atentos às oportunidades da fronteira. O discernimento que o Almanaque Futuro propõe é claro: Foz nasceu menos como imposição e mais como vizinhança. Mas esse frágil equilíbrio seria logo testado. O palco estava montado para a próxima transformação — os ciclos econômicos que avançariam sobre a floresta em busca do “ouro verde” e da madeira, inaugurando o primeiro grande embate entre ocupação humana e preservação daquele paraíso que, até então, parecia eterno.



Imagem gerada com recursos de Inteligência Artificial



PARABÉNS PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU 87 ANOS!



CANTINHO DA FAMÍLIA
SUPERMERCADO





O ouro verde e o sangue da mata. Os ciclos de exploração

Antes de ser patrimônio, o Iguaçu foi mercadoria — e a devastação abriu caminho para a consciência da preservação.



Com o povoado minimamente estabelecido, o silêncio protetor de Ara'puka foi definitivamente rompido por uma força mais avassaladora do que a política ou a diplomacia: o capital extrativista. Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, Foz do Iguaçu tornou-se o epicentro de uma dinâmica econômica moldada pela exploração intensiva da erva-mate e da madeira de lei. Aquilo que hoje reconhecemos como patrimônio natural da humanidade era, naquele período, uma fronteira aberta à pilhagem sistemática, onde a exuberância da mata se transformava em ativo comercial. Foi o ciclo das obras, um modelo produtivo que redefiniu a paisagem, estruturou a economia regional e deixou marcas profundas no território e nas relações humanas.

A erva-mate, elevada à condição de “ouro verde”, foi o motor inicial desse processo. Grandes companhias, muitas delas com capital estrangeiro e forte articulação nos mercados platinos, obtinham concessões extensas sobre terras devolutas para a extração intensiva do produto. Sob a sombra das araucárias, instaurou-se o regime dos mensús — trabalhadores, em sua maioria paraguaios e brasileiros pobres, submetidos a um sistema de endividamento permanente. A historiografia registra que esses homens ingressavam nas frentes de trabalho já devendo aos armazéns das próprias empresas, presos a um ciclo de dependência que os mantinha em condições análogas à escravidão. Enquanto isso, fardos de erva desciam os rios rumo aos portos e aos mercados internacionais, alimentando uma cadeia de riqueza distante da floresta que a produzia.

Logo após a erva-mate, veio o machado. A exploração madeireira constituiu a segunda grande onda de degradação ambiental. Árvores monumentais, como a imbuia e o cedro-rosa — espécies que levaram séculos para atingir a maturidade — eram abatidas em poucas horas. A logística era rudimentar e arriscada: toras gigantescas eram arrastadas por juntas de bois até as margens dos rios Iguaçu e Paraná, onde eram amarradas emjangadas colossais, conhecidas como cedrias. Essas plataformas improvisadas enfrentavam corredeiras perigosas em longas viagens até os portos argentinos. A diversidade biológica da Mata Atlântica interior era reduzida a volume, peso e valor de mercado. A floresta, antes contínua e fechada, começava a exibir feridas abertas pela voracidade humana.

O paradoxo desse período reside no fato de que, enquanto as bordas do território hoje protegido eram retalhadas, o núcleo das Cataratas permanecia relativamente preservado, não por consciência ambiental, mas pela dificuldade extrema de acesso. Ainda assim, a mentalidade dominante não reconhecia limites para o progresso extrativista. A exploração não era apenas ambiental: era também uma forma de ocupação territorial desordenada, que ignorava qualquer noção de sustentabilidade em favor do lucro imediato. Para o povoado nascente, tratava-se de uma aparente era de prosperidade; para a floresta, de um empobrecimento genético cujos efeitos seriam sentidos por gerações.

O discernimento que o Almanaque Futuro propõe nesta página é compreender que a conservação não nasce do vazio, mas da reação à destruição. Foi ao observar a velocidade com que a mata desaparecia sob o peso das obras que surgiram as primeiras inquietações preservacionistas. A devastação serviu como alerta. Tornava-se evidente que, se nada fosse feito, o rugido das Cataratas ecoaria em meio a um deserto de tocos e poeira. Estávamos no auge da exploração, mas também no limiar da consciência.

Esse cenário preparou o terreno para uma virada histórica. A lógica puramente mercantil começava a ser questionada por aqueles que enxergavam no Iguaçu um valor que não cabia em tabelas comerciais. O próximo capítulo não seria escrito por empresários ou exploradores, mas por visionários que compreenderiam que certas belezas são valiosas demais para serem reduzidas a mercadoria — e que o direito à contemplação também é um direito coletivo.



Imagem ilustrativa gerada com recursos de Inteligência Artificial



O encontro de gigantes. A aventura do inventor no Iguaçu.

Quando a sensibilidade de um inventor encontrou a força indomável da natureza, nasceu a ideia de preservação.



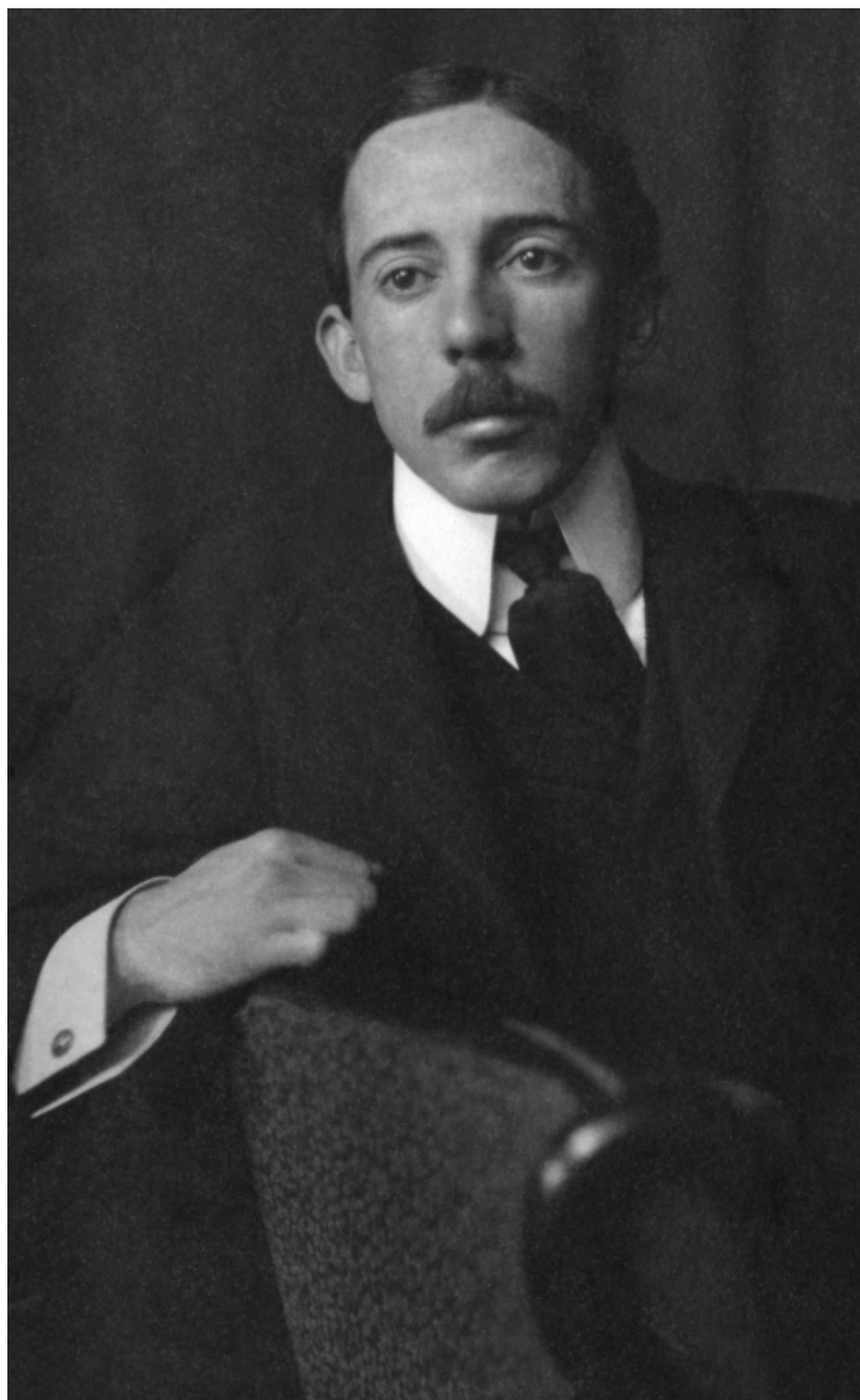
O ano era 1916. O mundo sangrava nas trincheiras da Primeira Guerra Mundial, e Alberto Santos Dumont, reconhecido internacionalmente como o Pai da Aviação, carregava uma melancolia profunda ao ver sua maior invenção convertida em instrumento de morte. Fragilizado pela saúde e em busca de silêncio, Dumont retornava de uma conferência no Chile quando o acaso lhe preparou um encontro decisivo. Em Buenos Aires, diante da vitrine de uma casa fotográfica, uma imagem colorizada à mão das Cataratas do Iguaçu capturou seu olhar. Ao seu lado, quase por ironia do destino, estava o autor da fotografia: Moisés Santiago Bertoni. Ali, entre dois homens movidos por ciência, pacifismo e visão de futuro, germinou o impulso que mudaria a história do Oeste paranaense.

Santos Dumont não era um visitante qualquer. Era a maior celebridade brasileira de seu tempo, e sua presença na região de fronteira causou um impacto que a memória oral local preservou com cuidado. Relatos registrados por pioneiras como Elfrida Engel e Otília Schimmelpfeng descrevem um homem introspectivo, atento e profundamente tocado pela paisagem. Dumont subiu o Rio Paraná até Puerto Aguirre — atual Puerto Iguazú — e foi recebido por moradores brasileiros, liderados pelo hoteleiro Frederico Engel, que o hospedou. O acesso às Cataratas, no entanto, exigia esforço físico extremo. A área, então propriedade privada do uruguaio Jesus Val, era uma selva fechada, onde batedores precisavam abrir caminho com facões, atentos à presença de onças e outros perigos da mata.

A jornada até as quedas levou quase um dia inteiro. A pequena comitiva, formada por cerca de vinte pessoas entre adultos e crianças curiosas, avançava protegida por lonas improvisadas cedidas pela Companhia de Fronteira. Ao alcançar o ponto onde hoje se ergue o Hotel das Cataratas, encontraram apenas um quiosque rústico coberto por folhas de palmito — o mirante precário daquele paraíso particular. Dumont, porém, não descansou. Enquanto o grupo se preparava para um almoço simples, ele desenhava e escrevia compulsivamente, tentando registrar em traços e palavras a força da água que desafiava a gravidade e a lógica humana.

O momento mais tenso da visita ocorreu no Salto Floriano. Para espanto dos acompanhantes, o inventor equilibrou-se sobre um tronco úmido projetado à beira do abismo. Diante do silêncio apreensivo do grupo e do olhar

assustado das crianças, Dumont manteve-se sereno e pronunciou a frase que atravessaria gerações: “As alturas não me intimidam”. Ali, diante da potência bruta da natureza, ele percebeu algo além do espetáculo. A ideia de que aquela maravilha pertencesse a um único proprietário — e estrangeiro — era inconcebível. Naquele instante, Santos Dumont deixava de ser apenas um visitante ilustre para tornar-se o formulador de uma ideia radical: o Iguaçu precisava ser livre.





O Decreto da redenção; do lombo do burro aos tribunais

Da indignação à ação, Santos Dumont transformou contemplação em política pública.



A transformação da indignação de Santos Dumont em ação concreta exigiu coragem física e determinação moral. Logo após a visita às Cataratas, ignorando as limitações impostas por sua saúde fragilizada, o inventor iniciou uma travessia extenuante em lombo de burro até Guarapuava. Dali, seguiu para Curitiba com um propósito inegociável: encontrar-se com o então presidente do Estado do Paraná, Affonso Camargo. Dumont não buscava homenagens nem concessões. Exigia providências. Sua tese era clara, avançada para a época e de profundo alcance civilizatório: riquezas naturais daquela magnitude não podiam ser mercadoria; pertenciam ao povo e à humanidade.

O encontro foi decisivo. Diante da autoridade moral e científica de Santos Dumont, Affonso Camargo assinou o decreto de desapropriação das terras pertencentes a Jesus Val. A reação do proprietário foi violenta e duradoura. Relatos históricos registram sua inconformidade, marcada por tentativas reiteradas de reverter a decisão, inclusive oferecendo devolver a indenização recebida. O litígio atravessou décadas e deixou ecos que ainda hoje transitam pelos tribunais superiores. Como esclarece o Almanaque Futuro, contudo, essa pendência atinge apenas uma fração mínima — menos de 10% — da área atual do Parque Nacional do Iguaçu, sem jamais ameaçar sua soberania territorial.

Santos Dumont não se limitou ao gesto inicial. Assumiu com convicção o papel de divulgador das Cataratas, levando o tema a autoridades e

formadores de opinião. Cumpriu a promessa feita aos amigos em Foz do Iguaçu e dialogou com Cândido Rondon, defendendo que o governo federal assumisse a proteção integral da área. O encontro entre o homem das comunicações e o homem da aviação consolidou a semente de uma política ambiental inédita no país. Essa ideia fomentaria, anos depois, na criação oficial do Parque Nacional do Iguaçu, em 1939.

Muito antes de o termo “ambientalismo” integrar o vocabulário público, Santos Dumont já compreendia o extrativismo descontrolado como ameaça direta à identidade nacional. Sua visão ultrapassava o presente e enxergava o valor da paisagem como patrimônio coletivo e direito das futuras gerações. Homenageá-lo em Foz do Iguaçu é, portanto, um exercício de justiça histórica — ainda que o inventor, amante do silêncio e da introspecção, talvez se incomodasse com celebrações ruidosas.

Seu verdadeiro monumento não é de bronze. É feito de água, basalto e floresta preservada. Graças à sensibilidade de Dumont e ao encontro fortuito com Bertoni em Buenos Aires, o Brasil deixou de ignorar seu extremo Oeste para reconhecê-lo como tesouro. A visita de 1916 não foi apenas uma passagem ilustre: foi o marco zero de uma nova consciência. Quando Santos Dumont se equilibrou sobre aquele tronco no Salto Floriano, segurava, na verdade, o futuro de Foz do Iguaçu — impedindo que ele despencasse no abismo do esquecimento.





ITAIPU: MUITO MAIS QUE ENERGIA

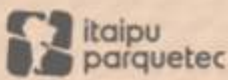
O PONTO DE ENCONTRO

entre
engenharia,
natureza &
cultura...



...parabeniza o Parque Nacional do Iguaçu pelos **seus 87 anos de história, preservação e compromisso com a conservação de um dos maiores patrimônios naturais do Brasil e do mundo.**

Parabéns, Parque Nacional do Iguaçu!





O arquiteto do destino. Entre a fé e o Parque Nacional.

Quando a paisagem deixa de ser promessa e passa a exigir responsabilidade histórica.



Após a visita redentora de Alberto Santos Dumont em 1916 e a consequente desapropriação das terras que envolviam as Cataratas, Foz do Iguaçu ingressou em um período decisivo de maturação institucional. Se Santos Dumont foi o libertador simbólico do território, coube a outro personagem, menos célebre e igualmente decisivo, compreender que a contemplação da natureza poderia se converter em dignidade social. Entre as décadas de 1920 e 1930, o Monsenhor Guilherme Maria Thiletzek atuou não apenas como líder religioso da fronteira, mas como verdadeiro arquiteto do destino local.

Com um senso estratégico incomum para a época, o Monsenhor transformou o encantamento das Cataratas em ferramenta de mobilização social. Produzia folhetos artesanais, cartões-postais e pequenos souvenirs, divulgando a imagem do Iguaçu para visitantes e autoridades. O objetivo era claro: financiar obras de caridade e estruturar serviços básicos em uma cidade ainda precária. Foi sob sua influência que parte das taxas cobradas dos visitantes passou a ser revertida para a saúde pública, lançando as bases do hospital que mais tarde levaria seu nome. Antes que o turismo fosse política de Estado, ele já funcionava como instrumento de justiça social.

Enquanto o Monsenhor “vendia” o Iguaçu ao mundo em troca de leitos hospitalares, o cenário político nacional passava por transformações profundas. Em 1939, no auge do projeto nacionalista de integração territorial, o presidente Getúlio Vargas assinou o decreto nº 1.035, criando oficialmente o Parque Nacional do Iguaçu. A partir desse marco, o território deixou de ser apenas uma promessa moral para tornar-se política pública. Iniciava-se a construção concreta de uma infraestrutura pensada para proteger, ordenar e revelar a paisagem, conciliando presença humana e força natural.

As primeiras intervenções arquitetônicas do Parque foram, em si, uma declaração de intenções. Guaritas, quiosques e edificações de apoio foram erguidos com o uso intensivo do basalto local, trabalhado manualmente. A pedra negra, extraída do próprio solo, e das barrancas dos rios, conferia às construções a aparência de terem brotado da floresta, integrando-se à paisagem em vez de confrontá-la. Esse estilo arquitetônico singular — sólido, austero e orgânico — definiu a estética original do Parque e permanece, até hoje, como marca identitária da unidade.

Antes mesmo da consolidação do Hotel das Cataratas, que surgiria nos anos seguintes, essas estruturas funcionavam como abrigo e orientação para viajantes que enfrentavam estradas rudimentares e longas jornadas para chegar às quedas. O Estado brasileiro, por meio do então Serviço Florestal, investia na criação de uma experiência que fosse simultaneamente monumental e acolhedora. O Parque começava a ser edificado não apenas como espaço natural protegido, mas como destino turístico estruturado.

O discernimento que o Almanaque Futuro propõe nesta página é claro: o Parque Nacional do Iguaçu não nasceu apenas de um decreto. Ele foi construído no intervalo criativo entre 1916 e 1939, quando fé, ciência e política aprenderam a dialogar. Monsenhor Guilherme demonstrou que as águas do abismo podiam levantar as paredes de um hospital; o governo federal compreendeu que a natureza, quando organizada e protegida, torna-se símbolo de soberania e identidade nacional.

Esse período consolidou aquilo que hoje chamamos de “experiência Iguaçu”. Ao caminhar pelas passarelas e pelas antigas construções de pedra, o visitante contemporâneo toca um projeto de país que soube unir o sagrado e o secular. Paradoxalmente, enquanto o turismo começava a se estruturar sob a lógica da preservação, surgiam também os primeiros empreendimentos energéticos, como a Usina São João — prenúncio distante de que, décadas depois, outra obra monumental, Itaipu, surgiria no mesmo território. O palco estava armado para a Foz do Iguaçu moderna: uma cidade que aprendeu a crescer em diálogo permanente com a paisagem que lhe deu origem.





O palácio das águas: glamour, diplomacia e o “Tarzan” Austríaco

O luxo discreto e a selva indomável;
Foz do Iguaçu tornou-se palco de acordos, aventura e destino global.



Se as décadas de 1930 e 1940 foram marcadas pela fundação do Parque Nacional e pela arquitetura de pedra lascada, os anos 1950 e 1960 representaram o florescimento definitivo de Foz do Iguaçu como destino internacional. O símbolo maior dessa transição foi a consolidação do Hotel das Cataratas. Com sua arquitetura colonial e o tom rosado das paredes contrastando com o verde profundo da Mata Atlântica, o hotel redefiniu a experiência de visita: o santuário natural deixava de ser apenas um destino rústico para tornar-se refúgio de sofisticação, contemplação e encontro entre mundos.

Foi nesse cenário que surgiu uma das figuras mais emblemáticas da história do turismo iguaçuense: o austríaco Franz Kohlenberger. Chegou em 1955 como turista e, impactado pela força das Cataratas, decidiu permanecer. Tornou-se o primeiro funcionário registrado do hotel e, com disciplina europeia aliada a um espírito aventureiro raro, construiu uma lenda viva. Enquanto administrava o requinte do estabelecimento, descia paredões de basalto com uma corda no ombro para guiar hóspedes por trilhas e mirantes hoje inimagináveis. Sem saber nadar, mas conhecendo cada pedra do rio, criou passeios em canoas artesanais que levavam visitantes — inclusive celebridades — até as imediações da Garganta do Diabo. Assim nasceu o apelido que atravessaria décadas: o “Tarzan das Cataratas”.

A fama do Iguaçu, porém, já ultrapassava fronteiras. Uma frase atribuída à ex-primeira-dama dos Estados Unidos, Eleanor Roosevelt, teria selado simbolicamente o destino do lugar ao compará-lo às Cataratas do Niágara: “Poor Niagara!”. Verdadeira ou lendária, a exclamação tornou-se o mais poderoso slogan espontâneo da história do Paraná. Ao confrontar a paisagem urbanizada e domesticada do Niágara com a vastidão selvagem das mais de 270 quedas do Iguaçu, a frase expressava o sentimento de uma era: ali estava um espetáculo natural que não aceitava equivalências.

O Hotel das Cataratas, entretanto, não foi apenas palco de glamour e contemplação. Seus salões também abrigaram decisões que redefiniriam o mapa energético do continente. Em 1966, foi ali que os chanceleres Juracy Magalhães e Sapena Pastor assinaram a Ata do Iguaçu, documento que lançou as bases para a criação da Itaipu Binacional. Entre o rugido das águas e o ritual diplomático, selava-se um acordo que provaria, mais uma vez, que o Iguaçu era ponto de convergência entre natureza, política e desenvolvimento.

A partir desse momento, o tempo de Foz do Iguaçu acelerou. O turismo deixou de ser promessa e consolidou-se como eixo estruturante da economia local. Entre os anos 1960 e 1970, a cidade passou a contar com pontes internacionais, aeroporto moderno e uma rede hoteleira que se expandiu muito além dos limites do Parque. O “Xangri-lá” intuído por Santos Dumont e compreendido por Bertoni estava, enfim, conectado ao mundo.

Nesse processo, Franz Kohlenberger tornou-se símbolo de uma transição bem-sucedida. Começou limpando balcões e encerrou sua trajetória como Cidadão Honorário de Foz do Iguaçu. Ele personificou a ponte entre a selva bruta e a hospitalidade de excelência, demonstrando que o homem pode habitar o paraíso — desde que aprenda a caminhar entre as pedras com respeito, prudência e admiração. O Hotel das Cataratas e seu lendário “Tarzan” ensinaram que o verdadeiro luxo do Iguaçu sempre foi a convivência harmoniosa entre o humano e o indomável.





87 ANOS

Parque Nacional do Iguaçu

Celebramos, com muito orgulho, a vida, a biodiversidade e a exuberância da Mata Atlântica do nosso Parque Nacional do Iguaçu.

www.iguassu.com.br





O palco do mundo. As Cataratas na lente do cinema

Quando a paisagem vira narrativa,
o Iguaçu deixa de ser cenário e passa a ser personagem.



Se a natureza esculpiu o abismo e o homem desenhou fronteiras, foi o cinema que transformou as Cataratas do Iguaçu em mito global. Para a sétima arte, a precisão cartográfica jamais foi um entrave: as quedas já foram apresentadas como o coração inexplorado da Amazônia, portais para mundos perdidos ou o palco de civilizações ocultas e tecnologicamente avançadas. Essa “geografia da imaginação” começou cedo. Já em 1925, o cinema mudo encontrou no Iguaçu o cenário ideal para representar o fantástico. O Mundo Perdido, inspirado na obra de Arthur Conan Doyle, utilizou imagens das quedas para ilustrar o platô onde o tempo havia parado e dinossauros ainda reinavam. Era o início de uma relação duradoura entre câmeras e basalto, na qual a força da paisagem dispensava explicações.

A memória local — oral e documental — preserva passagens curiosas dessa convivência com o cinema. Quem não se lembra do icônico agente secreto? Em 1979, 007 Contra o Foguete da Morte levou Roger Moore às Cataratas em uma perseguição de lancha que, por obra da edição, começava em um rio qualquer e terminava na Garganta do Diabo. O herói escapava com uma asa-delta acoplada à embarcação, enquanto o vilão “Dente de Aço” despencava no abismo. Décadas depois, em 2008, foi a vez de Indiana Jones e o Reino da Caveira de Cristal ambientar suas cenas finais nas mesmas águas — ainda que o roteiro insistisse em localizá-las na Amazônia peruana. Para o público, o rugido era inconfundível: era o Iguaçu.

A lista de produções é extensa e atravessa gêneros. A Missão, protagonizado por Robert De Niro e Jeremy Irons, talvez seja o filme que melhor utilizou a imponência das Cataratas para narrar o drama espiritual das Missões Jesuíticas, tema explorado nas páginas anteriores. Mais recentemente, o Parque Nacional serviu de matriz visual para as “Warrior Falls” de Wakanda em Pantera Negra, onde a tecnologia digital encontrou a força ancestral da paisagem para coroar reis. De animações e comédias a blockbusters de ação, o Iguaçu provou ser cenário universal: adapta-se a qualquer narrativa sem perder identidade.

Mas a fama das Cataratas não se construiu apenas sob os refletores de Hollywood. A publicidade brasileira também se apropriou do espetáculo. Um dos momentos mais lembrados da televisão nacional foi o comercial da Lorenzetti, no qual Renato Aragão, o eterno Didi, surgia diante das quedas para demonstrar a

potência de uma ducha elétrica. O contraste entre o humor popular e a força brutal da água ajudou a fixar as Cataratas no imaginário doméstico do país. Seja por meio de efeitos especiais sofisticados ou de campanhas simples e diretas, as imagens do Iguaçu — reais ou recriadas digitalmente a partir de sua estética — tornaram-se uma das ferramentas mais poderosas de divulgação do Brasil.

O discernimento que o Almanaque Futuro propõe nesta página é perceber que, ao ser filmada, a Catarata deixa de ser apenas água e rocha para assumir o estatuto do sublime. O cinema construiu o desejo da visita, despertou a curiosidade de estar diante do que parece irreal na tela. Damos agora um salto ao presente, em que o Parque Nacional do Iguaçu não é apenas um set de filmagem, mas uma unidade de conservação modelo, visitada por milhões de pessoas que — tal como diretores e fotógrafos — tentam capturar, nem que seja em um clique rápido, um fragmento daquela eternidade. O espetáculo continua. A diferença é que, agora, o protagonista é você.



Cenas do filme The Mission, onde o ator Robert de Niro escala os paredões de pedra



O pioneirismo das águas e a visão de Ademir Fernandes

Quando tocar as corredeiras tornou-se parte da experiência, nasceu uma nova forma de compreender o Iguaçu.



Se o Parque Nacional do Iguaçu é o corpo deste território, o desejo humano de tocar suas águas sempre foi a sua alma. Em 1986, quando o turismo de aventura ainda dava seus primeiros passos no Brasil, surgiu uma iniciativa que transformaria definitivamente a forma de vivenciar as Cataratas: o Macuco Safari. A trajetória da operação, que em 2026 completa quatro décadas, é indissociável da visão de seu fundador, Ademir Fernandes. Mais do que criar um produto turístico, ele materializou um conceito: permitir que o ser humano enfrentasse a força do Rio Iguaçu com emoção, segurança e profundo respeito ambiental.

Nos primeiros anos, o desafio era tão grande quanto a mata que cercava o atrativo. As embarcações de alumínio, movidas por motores modestos, navegavam com cautela pelas corredeiras, mantendo distância reverente do coração das quedas. Ainda assim, o espírito pioneiro exigia mais do que uma simples aproximação aquática. Com visão estratégica, Ademir transformou gradualmente a travessia em um roteiro completo de ecoaventura. Compreendeu que a experiência precisava começar no interior da floresta, muito antes do contato com a água. Assim surgiram as trilhas interpretativas na Mata Atlântica, integrando educação ambiental e emoção, ensinando ao visitante que as Cataratas são o ápice visível de um ecossistema vivo e interdependente.

A inovação sempre foi o eixo condutor dessa jornada. Muito antes de a sustentabilidade tornar-se uma exigência global, o Macuco Safari já buscava reduzir sua pegada ambiental. Em 2008, a operação deu um salto à frente ao

implantar veículos elétricos no transporte interno — silenciosos, não poluentes e alinhados à preservação da fauna. Ao longo dos anos, as trilhas foram redesenhadas com cuidado, permitindo que a vegetação se recompusesse em túneis naturais, aprofundando a sensação de imersão. Tecnologia e ancestralidade passaram a caminhar juntas, sem conflito.

O discernimento que esta página propõe é o reconhecimento de que o Macuco Safari não apenas conduziu visitantes até a água: construiu uma cultura de admiração ativa. Ao longo de 40 anos, Ademir Fernandes demonstrou que é possível operar um atrativo de grande escala sem comprometer a soberania da natureza. O nome “Macuco”, ave símbolo do chão da floresta, tornou-se referência internacional de turismo responsável — e preparou o caminho para uma evolução técnica que levaria a experiência a padrões de excelência reconhecidos globalmente.



A engenharia da emoção: segurança, tecnologia e impacto global

Como o rigor técnico transforma aventura em experiência segura, sustentável e reconhecida no mundo.

A evolução do Macuco Safari no século XXI consolidou-se como um dos mais sólidos exemplos de integração entre engenharia, segurança e conservação ambiental. Sustentar uma operação que hoje recebe visitantes de 183 nacionalidades exigiu soluções próprias, pensadas a partir da realidade do Parque Nacional do Iguaçu. Sob a condução estratégica de seu fundador, a empresa estruturou núcleos internos especializados na construção, manutenção e revisão de seus equipamentos. Embarcações, sistemas de transporte e veículos elétricos adaptados são projetados e operados por equipes próprias, submetidos a protocolos técnicos rigorosos que asseguram padrões internacionais de excelência.

A segurança tornou-se a espinha dorsal dessa experiência. Se nos anos 1980 os motores eram simples, hoje as embarcações contam com bimotores de alta potência — 250 HP ou mais — oferecendo redundância operacional e total controle nas corredeiras. Esse compromisso permanente com a vida rendeu certificações internacionais de referência, como a ISO 14001, de gestão ambiental, e a ISO 21101, específica para segurança no turismo de aventura. A operação funciona sob um Sistema Integrado de Gestão que monitora desde o consumo energético até os protocolos de emergência, garantindo que a aventura seja tão robusta quanto sustentável.

O impacto do Macuco Safari, contudo, ultrapassa a tecnologia e os números. A empresa tornou-se um agente social ativo no Oeste do Paraná. Por meio

de programas como o Passe Comunidade, democratiza o acesso dos moradores locais a um patrimônio que é, antes de tudo, deles. Em datas simbólicas, como o Dia Internacional da Água e o Dia da Árvore, o Rio Iguaçu e as trilhas do Parque transformam-se em salas de aula a céu aberto. Alunos da rede pública aprendem, junto a biólogos e educadores ambientais, que preservação não é discurso, mas prática cotidiana.

“Chegamos ao presente com um legado que atravessa fronteiras. O modelo de ecoaventura desenvolvido em Foz do Iguaçu inspirou outros destinos e consolidou a imagem do Brasil como referência mundial em turismo de natureza”, destaca Juliana Pereira Nunes, diretora da empresa. Com sistemas como o Plano Inclinado e os bondinhos que garantem acessibilidade plena a pessoas com mobilidade reduzida, o Macuco Safari reafirma que o paraíso deve ser inclusivo.

Ao completar 40 anos, a operação fundada por Ademir Fernandes mantém-se fiel à sua essência: um turismo que emociona sem colocar em risco, que encanta sem destruir e que transforma cada visitante em aliado da preservação. No encontro entre água, tecnologia e consciência, o Macuco Safari prova que o futuro do Iguaçu passa, inevitavelmente, por respeitar a força que o tornou eterno.





Conheça o novo

AQUÁRIO

de Foz do Iguaçu

Uma experiência dos rios ao oceano.

3.3 milhões de
litros d'água.

Milhares de animais
de água doce e marinha.



A costura verde; o Corredor da Biodiversidade e a lição de Itaipu

A preservação do futuro nasce quando a floresta deixa de ser fragmento e volta a ser caminho.



SO discernimento que o século XXI exige é simples e profundo: a natureza não sobrevive em ilhas isoladas. Durante décadas, o Parque Nacional do Iguaçu foi percebido como uma joia solitária cercada por um oceano de desmatamento — herança direta dos ciclos econômicos que moldaram a região. Esse paradigma, porém, começou a ser superado por uma revolução silenciosa e exemplar, que transformou Foz do Iguaçu em referência internacional de restauração ambiental: o Corredor da Biodiversidade. Nesse redesenho do território, o papel da Itaipu Binacional revela-se decisivo e, para muitos, surpreendente.

Se no passado Itaipu era celebrada quase exclusivamente por seus recordes de geração de energia, hoje atrai a atenção do mundo por uma conquista igualmente estratégica: a de maior programa contínuo de reflorestamento de áreas de proteção de reservatórios do planeta. Antes mesmo da construção da barragem, quando a região ainda carregava as cicatrizes das obras e da exploração madeireira, iniciou-se um esforço sistemático para reconduzir a Mata Atlântica a um estado funcional de equilíbrio ecológico. O Corredor da Biodiversidade consolidou-se, assim, como uma verdadeira “costura verde”, conectando o maciço florestal do Parque Nacional às reservas mantidas ao longo do Lago de Itaipu e do Rio Paraná.

Essa conexão não é apenas simbólica; ela é biológica. Ao permitir o fluxo gênico — a circulação natural de fauna e flora entre áreas protegidas — o corredor garante a sobrevivência de espécies a longo prazo, fortalecendo populações e reduzindo o risco de extinções locais. O que se observa em Foz do Iguaçu é uma lição concreta para o mundo contemporâneo: grandes obras de engenharia e desenvolvimento tecnológico não precisam ser inimigas da vida. Quando orientadas por planejamento científico e compromisso ambiental, tornam-se aliadas poderosas da regeneração.

Itaipu consolidou-se, nesse processo, como um verdadeiro posto avançado da biosfera. Seus viveiros produzem milhões de mudas de espécies nativas, utilizadas para recompor áreas degradadas e ampliar a cobertura florestal

contínua. Essa infraestrutura verde é o que permite à região proteger um dos biomas mais ameaçados do planeta. O reconhecimento internacional veio com o selo da UNESCO, que classifica a área como Reserva da Biosfera — validação de um modelo que integra a água que gera energia à floresta que sustenta a vida.

Para o visitante contemporâneo, compreender Itaipu apenas como uma obra monumental de concreto é reduzir sua verdadeira dimensão. Sua maior proeza talvez seja invisível à distância: o cinturão verde que protege o reservatório, amplia os horizontes do Parque Nacional e fortalece a conectividade ecológica regional. Ao caminhar pelas trilhas do Parque ou observar o lago de Itaipu, percebe-se que a fronteira entre “obra do homem” e “obra da natureza” começa a se dissolver em favor de uma aliança necessária.

A palavra-chave dessa nova era é simbiose. Foz do Iguaçu envia ao mundo uma mensagem clara e contemporânea: o que foi destruído pode ser restaurado, desde que haja visão estratégica, persistência científica e compromisso institucional. O Corredor da Biodiversidade garante que as futuras gerações não herdem apenas uma paisagem congelada no passado, mas uma floresta viva, conectada e em expansão. A lição do Iguaçu é definitiva: a verdadeira energia de uma nação não está apenas na força de suas turbinas, mas na capacidade de manter a vida em movimento — ligando o brilho eterno das quedas à sombra sagrada da mata renascida.





O guardião da floresta; o retorno da onça-pintada

A presença da espécie-chave revela a integridade do ecossistema e a força da conservação.



Existe um termômetro silencioso que mede a saúde profunda do Parque Nacional do Iguaçu: a presença da onça-pintada. No topo absoluto da cadeia alimentar, esse felino não é apenas um predador emblemático, mas o indicador máximo de equilíbrio ecológico. O discernimento científico que o Almanaque Futuro propõe nesta página é essencial: quando a onça habita um território, o habitat está funcionando. Para que um animal desse porte sobreviva e se reproduza, toda a rede de vida — do solo vivo aos grandes herbívoros — precisa operar em harmonia. É por isso que o trabalho desenvolvido pelo Projeto Onças do Iguaçu tornou-se uma das iniciativas de conservação mais respeitadas da Mata Atlântica.

Houve um período crítico, entre a década de 1990 e o início dos anos 2000, em que o silêncio da floresta soava como alerta. A população de onças-pintadas no Parque caiu a níveis perigosamente baixos, aproximando-se da extinção local. O isolamento do fragmento florestal, somado às pressões do entorno, parecia comprometer a sobrevivência da espécie. No entanto, a história mudou graças a um esforço contínuo de pesquisa científica, monitoramento rigoroso e, sobretudo, educação ambiental. Hoje, os dados revelam uma reversão notável: o Parque Nacional do Iguaçu abriga uma das populações de onças-pintadas mais estáveis e em crescimento da Mata Atlântica — um feito extraordinário em um bioma historicamente devastado.

O trabalho do Projeto Onças do Iguaçu é um exemplo de persistência e inteligência aplicada à conservação. Por meio de armadilhas fotográficas e colares de monitoramento por satélite, os pesquisadores identificam cada indivíduo a

partir do padrão único de suas manchas — verdadeiras impressões digitais naturais. Esse acompanhamento permite mapear territórios, entender comportamentos e orientar políticas de proteção mais eficazes. Mas o maior diferencial do projeto talvez esteja fora da floresta: na relação com as comunidades do entorno. Ao transformar o medo ancestral da onça em orgulho coletivo, o projeto converteu o predador em símbolo de prosperidade ambiental. Cada novo registro, cada filhote fotografado, ecoa como uma vitória compartilhada pela sociedade iguaçuense.

A onça-pintada tornou-se a grande espécie-bandeira do Iguaçu. Sua presença silenciosa sob o dossel fechado da Mata Atlântica é a confirmação de que os esforços iniciados no passado — desde a sensibilidade de Santos Dumont até a atuação de gerações de guarda-parques, pesquisadores e educadores ambientais — produziram resultados concretos. Ela representa a “Ara’puka” contemporânea: um território que não apenas protege, mas permite que a vida selvagem alcance sua plenitude.

Enquanto o visitante percorre as passarelas e contempla o espetáculo das águas, a poucos quilômetros dali o guardião de manchas douradas e negras segue vigiando o território. Raramente visto, quase sempre invisível, ele cumpre sua função com precisão ancestral. Saber que a onça está ali é mais do que uma curiosidade biológica — é a garantia de que o Iguaçu permanece um santuário autêntico, onde a natureza ainda dita as regras e a vida se expressa em sua forma mais íntegra, poderosa e verdadeira.



Daniel de Granville/Itaipu Binacional



A revolução da experiência: do caos à excelência

Organizar o visitante foi a chave para proteger a floresta e elevar o Iguaçu ao padrão mundial.



Até o final da década de 1990, visitar o Parque Nacional do Iguaçu exigia mais paciência do que contemplação. O modelo de gestão exclusivamente estatal, heroico na missão de conservar, não dispunha da agilidade necessária para acompanhar o crescente interesse internacional. Quem viveu aquele período recorda-se das longas filas de veículos particulares e ônibus de turismo que se formavam ainda na guarita de entrada, serpenteando pela rodovia e gerando impacto ambiental direto no entorno imediato da unidade. Embora o Parque recebesse cerca de 350 mil visitantes por ano, a estrutura operava constantemente no limite. Foi nesse cenário que o Brasil decidiu inovar, transformando o Iguaçu em laboratório pioneiro das concessões de serviços em unidades de conservação.

A entrada da primeira concessionária, a Cataratas do Iguaçu S/A, marcou o início de uma nova era na gestão do atrativo. O desafio era complexo: organizar o fluxo humano sem comprometer o santuário natural. A solução veio com a implantação de um sistema integrado de transporte interno — os ônibus panorâmicos — e a restrição definitiva da entrada de veículos particulares até as quedas. A decisão, inicialmente alvo de debates e resistências, revelou-se o maior acerto logístico da história do Parque. O antigo “caos das guaritas” deu lugar a um Centro de Visitantes moderno, com bilheteria eficiente, sanitários de padrão internacional e uma logística capaz de absorver um crescimento exponencial da visitação.

O resultado foi uma transformação profunda. Em poucos anos, o Parque saltou da casa das centenas de milhares para mais de dois milhões de visitantes anuais, sem que a experiência individual fosse comprometida. Ao contrário: o visitante passou a sentir fluidez, conforto e orientação clara, mesmo em períodos de alta temporada. O discernimento que o Almanaque Futuro propõe é direto: o conforto do visitante tornou-se ferramenta estratégica de preservação. Ao concentrar o impacto humano em áreas definidas — passarelas, mirantes, restaurantes e sistemas de transporte —, a concessão permitiu que a maior parte dos 185 mil hectares permanecesse sob domínio pleno da fauna e da flora.

A oferta de infraestrutura qualificada — passarelas seguras, serviços de apoio eficientes e opções gastronômicas integradas à paisagem, como o restaurante Porto Canoas — elevou o padrão da visitação sem descaracterizar o

ambiente natural. O Parque deixou de ser um espaço de “passeio rústico” para tornar-se uma vitrine internacional de hospitalidade brasileira, onde organização e natureza caminham juntas. O conforto, longe de ser luxo supérfluo, revelou-se condição essencial para que o mundo pudesse contemplar o Iguaçu com respeito e dignidade.

Essa primeira fase da concessão preparou Foz do Iguaçu para o século XXI. O êxito do modelo adotado no Parque Nacional serviu de referência para o Governo Federal, que passou a replicar a experiência em outras unidades de conservação pelo país. Ao final desse ciclo, o Iguaçu já não era apenas uma maravilha natural admirada, mas um destino turístico de alta performance, reconhecido internacionalmente por sua capacidade de carga, eficiência operacional e compromisso ambiental.

O terreno estava pavimentado para o próximo salto. A gestão moderna do Parque avançaria para uma nova etapa, unindo infraestrutura consolidada, sustentabilidade ampliada e inovação tecnológica. O desafio seguinte já não seria apenas organizar o visitante, mas aprofundar sua conexão com a natureza em um mundo cada vez mais digital — tema que conduz o leitor ao próximo capítulo desta história em permanente evolução.



Imagem acervo IBGE



Viva a magia do Marco das Três Fronteiras

O pôr do sol mais
incrível está aqui



📍 Ac. Três Fronteiras



www.marcodastresfronteiras.com.br



Nova Fronteira da Gestão

Quando a excelência permite que a natureza volte a ser a protagonista.



Fotos Divulgação/Urbia+Cataratas

Se a primeira fase das concessões foi decisiva para livrar o Parque Nacional do Iguaçu do colapso logístico e das filas intermináveis, o ciclo atual marca sua entrada definitiva em uma era de maturidade institucional, interatividade consciente e gestão de alto desempenho. Liderado pelo consórcio Urbia + Cataratas, esse novo momento é orientado por um discernimento mais profundo: não basta receber bem — é preciso encantar com propósito.

Ao assumir a operação dos serviços, a concessionária trouxe como premissa elevar a experiência do visitante sem romper o pacto essencial com a paisagem. Cada intervenção passa a ser pensada como instrumento de educação ambiental; cada nova estrutura, desenhada para reduzir impactos visuais, sonoros e ecológicos. O Parque deixa de ser apenas um destino de contemplação e afirma-se como um laboratório vivo de boas práticas, onde tecnologia e conservação caminham juntas, sem que uma anule a outra.

Os planos de modernização são amplos e já começam a redefinir a relação entre público e santuário. Entre as diretrizes centrais estão a requalificação das infraestruturas históricas, a ampliação de sistemas de transporte de emissão zero e o desenvolvimento de novos atrativos capazes de distribuir o fluxo turístico de forma mais inteligente ao longo da unidade. O objetivo é reduzir pressões pontuais, preservar áreas sensíveis e garantir uma experiência fluida, mesmo em períodos de alta visitação.

A proposta é consolidar o Iguaçu como um Parque de Referência. A digitalização da jornada do visitante — do controle de acesso ao uso de recursos interpretativos interativos — não busca protagonismo tecnológico, mas invisibilidade funcional. A inovação atua como suporte silencioso para o conforto, a

segurança e a informação qualificada. O visitante deixa de ser mero observador em trânsito e passa a sentir-se convidado da biodiversidade, compreendendo o território que percorre.

Nesta etapa, a sustentabilidade assume caráter absoluto. A gestão contemporânea amplia sua responsabilidade para além das passarelas, incorporando metas de neutralização de emissões, estímulo à economia circular e fortalecimento das cadeias produtivas do entorno. Ao consolidar a marca Cataratas do Iguaçu como uma das Sete Novas Maravilhas da Natureza, o Parque reafirma seu papel como principal embaixador do turismo brasileiro no exterior. Cada melhoria — do mobiliário urbano aos serviços de apoio — contribui para a construção de uma imagem de eficiência que desperta interesse e inspira replicação internacional.

O Almanaque Futuro destaca, nesta página, a superação definitiva de um falso antagonismo: a ideia de que gestão privada e conservação pública seriam forças incompatíveis. O modelo atual demonstra que, quando operando sob o rigor técnico e científico do ICMBio, e em diálogo permanente com a comunidade iguaçuense, a iniciativa privada pode produzir resultados de excelência mundial. A infraestrutura torna-se tão precisa que permite ao visitante esquecer a logística e concentrar-se no essencial: a experiência sensorial e espiritual diante da água e da floresta.

Este é o selo de uma nova fronteira da gestão ambiental. Um padrão de qualidade que prepara Foz do Iguaçu para seguir, por muitas décadas, como espelho no qual o ecoturismo global se observa, aprende e se projeta.





A nova experiência de visitaçoão no Parque Nacional do Iguaçu

Trilhas, ciclovias, polos regionais e investimentos que redesenham a visitaçoão com foco em conservação, pesquisa e desenvolvimento.



Após os impactos da pandemia e da retração do turismo global, o Parque Nacional do Iguaçu voltou a bater recordes históricos de visitaçoão. Em 2025, a unidade recebeu 2.058.539 visitantes, superando a marca registrada em 2019, até então o melhor ano de sua história. O número simboliza mais do que êxito turístico: inaugura um novo ciclo de responsabilidades. Receber mais pessoas exige planejamento, diversificação de experiências e, sobretudo, reforço das estratégias de conservação de um patrimônio natural único no planeta.

Desde o início da atual concessão, a gestão da Urbia + Cataratas promoveu uma requalificação profunda da experiência de visitaçoão no Parque Nacional do Iguaçu, ampliando o acesso à natureza de forma ordenada e sustentável. O foco passou a ser a descentralização do fluxo turístico, a diversificação consciente dos percursos e a valorização do contato direto com a Mata Atlântica, preservando a integridade ambiental da unidade.

O passeio mais emblemático segue sendo a Trilha das Cataratas, porta de entrada para uma das Sete Maravilhas Mundiais da Natureza. Com início no Centro de Visitantes e acesso por ônibus panorâmicos, o percurso de cerca de 1,5 quilômetro oferece vistas sucessivas do maior conjunto de quedas-d'água do mundo, culminando na passarela sobre o Rio Iguaçu e na visão frontal da Garganta do Diabo, experiência que sintetiza a grandiosidade do Parque.

A mobilidade sustentável ganhou protagonismo com a implantação da ciclovvia de 11,6 quilômetros, totalmente imersa na Mata Atlântica, conectando o Centro de Visitantes à Trilha das Cataratas. Outras experiências ampliam o repertório do visitante, como o Circuito São João, com áreas de banho de rio e pontos histórico-culturais; o Caminho do Poço Preto, referência para observação de aves e interpretação ambiental; e o Caminho das Bananeiras, que conduz até o Espaço Taupá, às margens do Rio Iguaçu.

A atual concessão também ampliou o olhar para além do Polo Cataratas, estruturando novos territórios de visitaçoão, como os polos Silva Jardim, Rio Azul e Ilhas do Iguaçu e Gonçalves Dias, integrando trilhas, educação ambiental, atividades aquáticas e valorização regional.

Esse conjunto de ações é sustentado por um plano de investimentos de R\$ 600 milhões, além da aplicação mínima de 6% da receita, ao longo de 30 anos,

em pesquisa científica, manejo de espécies, educação ambiental e integração com os municípios do entorno.

Com mais de 26 milhões de visitantes desde 2000, o Parque Nacional do Iguaçu deixou de ser apenas um ponto de chegada para tornar-se um território de experiências integradas. Caminhar, pedalar, observar e aprender passaram a ser formas de pertencimento. O visitante já não é apenas espectador da paisagem: torna-se parte ativa de um projeto de preservação que compreende o movimento humano como aliado — nunca como ameaça — à continuidade da vida.



Fotos Divulgação/Urbia+Cataratas





Há 87 anos preservando
um patrimônio que faz
parte da nossa história.

PARABÉNS, PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU.





Por que nos sentimos tão bem nas Cataratas do Iguaçu?

Ciência, natureza e bem-estar no coração do Parque Nacional



Há uma pergunta que atravessa gerações de visitantes do Parque Nacional do Iguaçu e que raramente encontra resposta para além da emoção: por que nos sentimos tão bem ao visitar as Cataratas? Não se trata apenas do impacto visual, do som hipnótico das águas ou da grandiosidade da paisagem. A ciência começa a demonstrar que o bem-estar experimentado no Iguaçu tem fundamentos físicos, biológicos e ambientais mensuráveis — e que a região reúne um conjunto raro de fatores naturais terapêuticos.

Um estudo elaborado por Gilmar Piolla e Fábio Tadeu Lazzerini (IUCN-WCPA), apresentado em outubro de 2025, sistematiza essas evidências ao analisar o microclima das Cataratas e sua interação com o corpo humano. O principal elemento investigado são os íons negativos do ar — partículas eletricamente carregadas que se formam em grande quantidade em ambientes de água em movimento, como cachoeiras, corredeiras e florestas densas.

Medições realizadas na passarela da Garganta do Diabo registraram concentrações entre 18 mil e 22 mil íons negativos por centímetro cúbico. Para efeito de comparação, ambientes urbanos externos raramente ultrapassam mil íons/cm³, enquanto espaços internos climatizados podem chegar a níveis próximos de zero. Essa diferença coloca o microclima das Cataratas entre os mais ricos do planeta em carga iônica natural.

A literatura científica revisada por pares associa a exposição a altos níveis de íons negativos a melhora do humor, redução do estresse, qualidade do sono, clareza mental, regulação hormonal, efeitos anti-inflamatórios e até melhora da função cardiovascular. Estudos experimentais e meta-análises publicados em periódicos internacionais indicam ainda efeitos positivos sobre marcadores bioquímicos ligados ao estresse, como o cortisol, e sobre o desempenho cognitivo.

Mas o Iguaçu não oferece apenas ar carregado de energia natural. A região é também parte estratégica do Aquífero Guarani, uma das maiores reservas subterrâneas de água doce do planeta. Em Foz do Iguaçu, essas águas apresentam características minero-medicinais, com temperatura naturalmente elevada, pH alcalino e alta concentração de sais minerais, atributos historicamente associados a efeitos terapêuticos em estâncias termais ao redor do mundo.

Somam-se a isso a biodiversidade da Mata Atlântica, rica em espécies com propriedades medicinais e aromáticas, e o ambiente sonoro singular das quedas, cuja vibração contínua atua como um modulador fisiológico e emocional. Não por acaso, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece as chamadas soluções baseadas na natureza como instrumentos estratégicos para promoção da saúde e da qualidade de vida no século XXI.

O estudo também dialoga com abordagens mais amplas da relação entre ambiente e consciência, destacando a escolha de Foz do Iguaçu como sede de centros dedicados ao estudo da consciência humana. Sem recorrer a dogmas, a pesquisa propõe que grandes sistemas naturais — água em abundância, floresta íntegra e energia geológica — criam condições propícias à introspecção, ao equilíbrio emocional e à reorganização interior.

O que emerge desse conjunto de evidências é uma constatação poderosa: o Parque Nacional do Iguaçu não é apenas um destino turístico, mas um território de saúde preventiva, bem-estar e reconexão humana. Ao caminhar pelas trilhas, respirar o ar saturado de íons negativos ou simplesmente permanecer diante do abismo de água e basalto, o visitante participa de uma experiência que envolve corpo, mente e ambiente de forma integrada.

Entender por que nos sentimos tão bem nas Cataratas é compreender que a natureza, quando preservada em sua complexidade, não apenas encanta — ela cuida. Essa percepção amplia o sentido do Parque e prepara o leitor para a reflexão final desta obra: o legado que deixaremos às próximas gerações não se mede apenas em números de visitantes, mas na capacidade de manter vivo esse raro equilíbrio entre ciência, natureza e humanidade.





O tempo que nos cabe

Educação ambiental, clima e o legado que atravessa gerações



Ao final desta jornada, uma constatação se impõe com a força serena das Cataratas: o Parque Nacional do Iguaçu não é apenas herança do passado, é responsabilidade do presente e promessa do futuro. Tudo o que foi narrado até aqui — das convulsões geológicas de Gondwana à ciência contemporânea, da ocupação humana ao manejo sofisticado da biodiversidade — converge para um ponto essencial: compreender o Iguaçu é compreender o nosso lugar no tempo.

Vivemos a era em que o clima deixou de ser uma abstração científica para tornar-se experiência cotidiana. Ondas de calor, eventos extremos, perda acelerada de espécies e instabilidade hídrica já não pertencem ao futuro; são parte do agora. Nesse contexto, o Parque Nacional do Iguaçu emerge como um laboratório vivo de resiliência climática, onde floresta contínua, água em abundância e conectividade ecológica demonstram que a natureza preservada é a mais eficiente infraestrutura de adaptação que a humanidade já conheceu.

Mas essa constatação só ganha sentido pleno quando convertida em educação ambiental de alta qualidade. O Parque deixou de ser apenas um local de visitação para tornar-se uma escola a céu aberto, onde crianças, jovens, pesquisadores e visitantes do mundo inteiro aprendem, pela experiência direta, que conservar não é impedir o uso — é qualificá-lo. Cada trilha interpretativa, cada projeto científico, cada ação de manejo da fauna e da flora constrói uma pedagogia silenciosa: a de que o equilíbrio não é espontâneo, é fruto de escolha, ciência e persistência.

É nesse ponto que o legado intergeracional se revela. As gerações que hoje caminham pelas passarelas do Iguaçu não são proprietárias desse território; são depositárias temporárias de um patrimônio que atravessa milênios. A ética que se impõe é simples e profunda: deixar mais floresta, mais água limpa, mais vida do que recebemos. Essa é a verdadeira medida de desenvolvimento no século XXI.

O Parque Nacional do Iguaçu ensina, ainda, que não há contradição entre conservação e prosperidade. Ao contrário: a economia do turismo, a ciência, a educação e a inovação só florescem porque o santuário permanece íntegro. A experiência iguaçuense demonstra ao mundo que proteger a natureza não é um custo — é o investimento mais seguro no futuro comum.

Encerramos esta edição retornando ao ponto de partida: o tempo profundo. As rochas basálticas que sustentam as Cataratas permanecerão quando nossas cidades forem apenas vestígios arqueológicos. A água continuará seu curso, indiferente às fronteiras políticas. O que está em jogo, portanto, não é a sobrevivência da Terra, mas a nossa capacidade de conviver com ela de forma lúcida e responsável.

Se esta obra cumpriu seu propósito, o leitor não encerra a leitura com respostas definitivas, mas com uma consciência ampliada. O Parque Nacional do Iguaçu não pede aplausos — pede entendimento. Não exige devoção — exige compromisso. Ele nos lembra, com o rugido incessante de suas águas, que o futuro não se constrói contra a natureza, mas em profunda aliança com ela.

Essa é a lição final.

E ela continuará ecoando, geração após geração, enquanto houver floresta, água e discernimento humano suficiente para escutá-la.





O alicerce do saber

Justificativa editorial, metodologia e fontes



SEncerrar esta edição é, antes de tudo, reafirmar um princípio: a história do Parque Nacional do Iguaçu não pertence ao passado — ela continua em construção. Ao assumir integralmente a concepção, a pesquisa, a curadoria de fontes e a edição deste trabalho, o Portal Almanaque Futuro declara, de forma transparente e responsável, que este trabalho é fruto de um compromisso editorial com a verdade histórica, o rigor científico e a memória viva do território.

Este Almanaque não se propôs a ser apenas um inventário cronológico de fatos. Ele foi concebido como uma peça cultural, orientada por uma chave interpretativa central: o “reduto sagrado”. Ao longo dos séculos, essa invisibilidade estratégica permitiu que o Iguaçu sobrevivesse à devastação, ao extrativismo predatório e ao apagamento cartográfico. A narrativa aqui apresentada parte dessa compreensão para explicar por que este território permaneceu, simultaneamente, oculto e preservado, tornando-se um dos últimos grandes santuários da Mata Atlântica.

A metodologia adotada pelo Almanaque Futuro baseou-se na convergência entre fontes documentais, pesquisa científica atualizada e memória oral qualificada. Um capítulo construído a partir do cruzamento entre registros oficiais do Estado, estudos acadêmicos consolidados e relatos de pioneiros, famílias tradicionais e testemunhas diretas dos processos históricos. Essa triangulação foi adotada conscientemente para evitar tanto o tecnicismo estéril quanto a romantização acrítica do passado.

Do ponto de vista histórico, esta edição dialoga com fontes clássicas sobre as Missões do Guayrá e o êxodo indígena, com especial atenção às crônicas jesuíticas do século XVII, e com a historiografia que documentou os ciclos econômicos da erva-mate e da madeira no Oeste do Paraná. Estudos fundamentais sobre obrageiros, mensús e frentes de colonização foram utilizados para compreender as cicatrizes sociais e ambientais deixadas por esses períodos. A ocupação militar, a demarcação de fronteiras e a consolidação do território nacional foram tratadas a partir de arquivos oficiais e registros das expedições estratégicas que precederam a fundação do município.

A dimensão humana desta obra foi fortalecida por entrevistas jornalísticas e projetos de memória realizados pelo próprio Almanaque Futuro ao longo de sua existência. Relatos de famílias pioneiras — preservados desde a década de 1980 — permitiram reconstruir episódios decisivos, como a presença de Alberto Santos Dumont, a atuação de Moisés Bertoni e a consolidação da hotelaria e do turismo no entorno das Cataratas. Essas vozes não foram utilizadas como ornamento narrativo, mas como fontes históricas legítimas, contextualizadas e confrontadas com documentos sempre que possível.

Na abordagem contemporânea, o Almanaque Futuro utilizou relatórios técnicos e dados oficiais atualizados até 2025, provenientes de órgãos gestores e instituições científicas, com destaque para informações do ICMBio, estudos sobre biodiversidade, monitoramento da fauna — como o Projeto Onças do Iguaçu — e levantamentos científicos sobre clima, conectividade ecológica, turismo sustentável e bem-estar humano. Os conteúdos referentes à saúde ambiental, íons negativos do ar, águas minero-medicinais e fatores naturais terapêuticos foram fundamentados em literatura científica revisada por pares, devidamente creditada ao longo da edição.

O Portal Almanaque Futuro declara que assume integral responsabilidade por seleção e interpretação das fontes; redação, edição e edição final dos textos; coerência histórica e científica do conteúdo apresentado; mediação entre conhecimento técnico e linguagem jornalística acessível.

Eventuais divergências interpretativas refletem escolhas editoriais conscientes, baseadas no estado atual do conhecimento e na pluralidade das fontes consultadas.

Esta edição nasce, portanto, do encontro entre ciência, memória, território e responsabilidade pública. Ela não encerra um debate — ela o inaugura. Ao documentar o Parque Nacional do Iguaçu sob a ótica do tempo profundo, da experiência humana e do desafio climático contemporâneo, o Almanaque Futuro cumpre sua missão: oferecer informação qualificada para formar discernimento, fortalecer identidade e projetar futuro.

Que este trabalho sirva como registro, referência e convite permanente à preservação. O conhecimento aqui reunido pertence à sociedade — mas a responsabilidade por sua construção, precisão e integridade é inteiramente nossa.

Portal Almanaque Futuro

Jornalismo, memória e pensamento crítico a serviço do território.

Eliane Luiza Schaefer

Rogério Romano Bonato

